



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

EDITAL Nº 90070/2026

Processo nº 06010035.003854/2025-83

Processo nº 06010046.000225/2023-19

Pregão Eletrônico: 90061/2026

Contratante (UASG): 925538.

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, soluções de tecnologia e objetos adequados às necessidades operacionais da inteligência penitenciária, aprovados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais, conforme se extrai do Termo de Convênio (38922411), Termo Aditivo (38922441) e Plano de Trabalho (38922456), todos referentes ao Convênio 936738/2022, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor total da contratação: O custo estimado total da contratação é de **R\$ 106.422,47** (cento e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos).

Data da Sessão Pública: Dia 13/07/2026 às 10h (horário de Brasília).

Critério de julgamento: Menor preço por item.

Modo de disputa: Aberto.

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim.

Subcontratação: Não será permitido a subcontratação dos itens desta licitação, considerando que os itens são bens comuns.

Consórcio: Não será permitida a participação de empresas em consórcio, por fornecimento do objeto da presente licitação ser de natureza comum, não exigindo elevada especialização técnica e/ou das empresas licitantes. Ademais, a permissão de participação de empresas em consórcio poderia limitar a concorrência devido à diminuição do número de empresas participantes, uma vez que algumas delas estariam compondo um mesmo consórcio.

Edital disponível: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90061/2026

(Processo Administrativo nº 06010035.003854/2025-83)

Torna-se público que o **O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, por intermédio da **SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD**, situada no Centro Administrativo do Estado, na BR-101 - Km 0 - Lagoa Nova - Natal/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 33.863.335/0001-92, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Estadual 32.449, de 7 de março de 2023, Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1. **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**
2. **DO OBJETO**
3. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
4. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
5. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
6. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
7. **DA FASE DE JULGAMENTO**
8. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**
9. **DOS RECURSOS**
10. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
11. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
12. **DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO DO CONTRATO E ENTREGA DO OBJETO**
13. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
14. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela *Internet*, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, dos recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado **Pregoeiro(a)**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório auxiliado por uma comissão técnica especializada, quando necessário; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.
- 1.3. Após a fase de abertura das propostas, estas serão analisadas e classificadas quanto ao menor preço do lote, sendo ordenadas automaticamente pelo sistema.
- 1.4. Após a fase de lances, as propostas serão classificadas quanto ao menor preço, sendo ordenadas automaticamente pelo sistema. A ordem de classificação entre as propostas apresentadas somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 1.5. O Edital estará disponível gratuitamente nos portais <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 1.6. Integram este Edital todos os Anexos obrigatórios e necessários a presente contratação.

2. **DO OBJETO:**

- 2.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de objeto e equipamentos aprovados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais, conforme se extrai do Termo de Convênio (38922411), Termo Aditivo (38922441) e Plano de Trabalho (38922456), todos referentes ao Convênio 936738/2022, com recursos provenientes da União, repassados por intermédio do instrumento Convênio, com o intuito de estruturar o Sistema Prisional quanto ao aparelhamento estrutural da Inteligência Penitenciária, bem como capacitação dos atuais quadros de servidores da área e de potenciais futuros recrutados, com o viés estruturante e de implementação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.2. Em caso de divergência entre as especificações do Edital e do Termo de Referência, prevalecerá o que estiver descrito no Termo de Referência.
- 2.3. Da mesma forma, em caso de divergência entre os itens ou lotes cadastrados na plataforma Comprasgov e o Termo de Referência, prevalecerá a descrição do Termo de Referência. Isso se justifica pelo fato de que nem todos os itens cadastrados na plataforma Comprasgov são idênticos ao que consta no Termo de Referência.
- 2.4. O(s) Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme Art. 6º da Lei 14.133, de 2021, constante do Termo de referência e Estudo Técnico Preliminar.
- 2.5. O critério de julgamento adotado será o menor preço, por item, pois considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação, preconizando o art. 33, I, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 2.6. Esta licitação será **exclusiva** para microempresas e empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados nos termos do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020.
- 2.7. **Não será admitida a subcontratação** do objeto contratual considerando as características do objeto ou serviço, cujo os materiais são comumente comercializados no mercado, sem características peculiares de complexidade de execução contratual, e tais motivos infere-se um dimensionamento e características do objeto compatíveis para que os licitantes (isolados) possam participar e atender às exigências estabelecidas para a prestação do serviço. Portanto, conclui-se que as empresas do ramo especializado poderão deter as condições necessárias, inclusive de capacitação e aptidão técnica para executar satisfatoriamente o objeto.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.5. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição conforme Acórdão 746/2014-TCU-Plenário;
- 3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII da Constituição](#);
- 4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 4.2. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10.1 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.14. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. *Valor unitário e/ou total anual do item/lote;*
- 5.1.2. *Marca;*
- 5.1.3. *Fabricante;*
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação .
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o

proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.9. A proposta deverá conter 02 (duas) casas decimais nos centavos, ou seja, não deverá conter dízimas periódicas.
- 5.10. **A empresa vencedora, após aceitabilidade de sua proposta e confirmação pelo setor técnico que o objeto ofertado atende as exigências do termo de referência deverá efetuar o cadastro do responsável pela assinatura do contrato no sistema SEI/RN através do link:**https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0
- 5.11. Caso o representante da empresa vencedora que for assinar o contrato com a SEAP não constar no contrato social da empresa vencedora, deverá apresentar uma documentação pessoal: Carteira de Identidade emitida por órgãos de identificação, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho, Carteira de identidade profissional expedida por órgãos fiscalizadores de exercício de profissão regulamentada (OAB, CRC, CRM, CRA, CREA etc.), Carteiras funcionais emitidas por órgãos públicos (desde que reconhecida por Lei Federal como documento oficial de identidade válido em todo território nacional), Registro Nacional de Estrangeiro ou Passaporte e procuração dando os poderes para tanto.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do *item*.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,50(cinquenta centavos)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá conforme o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.18.2.2. empresas brasileiras;
- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO:

- 7.1.
- 7.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - a) SICAF
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
 - d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
 - e) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.8.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas neste Edital e seus anexos;
- 7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.10.4. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.12.2. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- 7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 7.16. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];
- 7.17. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.
- 7.18. Poderá ser solicitado catálogo/ amostras pela área técnica para análise de compatibilidade do objeto ofertado.
- 7.19. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, ou essa seja necessária para área técnica atestar o objeto ofertado, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência ou mediante solicitação, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.20. Por meio de mensagem no sistema, poderá divulgar o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

- 8.1. DA JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO
- 8.1.1. **justificativa de exigências de qualificação técnica**
- 8.1.1.1. Servirá para que a contratante tenha conhecimento se o licitante possui qualificação técnica profissional e/ou operacional para executar o objeto indicado no edital. Sua finalidade é, também , a de demonstrar que o licitante atuou no ramo pertinente ao objeto.
- 8.1.1.2. No caso em tela, foi exigido para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante realizado ou estar realizando o tipo de fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação.
- Ressalta-se que, embora os itens sejam considerados comuns, existem especificações técnicas regulamentadas, bem como garantia do tipo de produto.

- 8.1.2. **justificativa de qualificação econômico-financeira**
- 8.1.2.1. A qualificação econômico-financeira é um documento que demonstra a capacidade financeira de uma empresa para cumprir com os seus compromissos, tanto a curto quanto a longo prazo.
- A aquisição proposta, embora ocorra a curto prazo, trata de valores altos, devendo a empresa possuir liquidez financeira, para garantir que possa executar as entregas dos bens, considerando as especificações propostas e dentro do prazo de validade do recurso federal disponível para a compra.
- 8.1.2.2. Essa exigência configura como mais uma medida preventiva para evitar danos vislumbados na análise de riscos(id.36497943).
- 8.1.3. **justificativa dos critérios de julgamento das propostas**
- 8.1.3.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço, por item, como justificado no Item 8. do Termo de Referência considerando o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação, preconizando o art. 33, I.N, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

DA HABILITAÇÃO

- 8.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, **poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF**.
- 8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, mediante a declaração de autenticidade por advogado, sob sub responsabilidade pessoal (art. 12, IV, da Lei 14.133/2021), ou por assinatura digital em meio eletrônico, desde que mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) (art. 12, §2º, da Lei 14.133/2021) ;
- 8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 8.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico ou termo de referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 8.21. para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 8.22. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**
- 8.23. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.24. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.25. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.26. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.27. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.28. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.29. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.30. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.31. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEL, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.32. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.33. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**
- 8.33.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.34. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.35. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.36. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.37. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, se for o caso;
- 8.38. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.39. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.40. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.41. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 8.42. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.43. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.44. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.45. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, o licitante deverá apresentar no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante realizado ou estar realizando .
- 8.46. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) atestados que expressamente certifique(m) que a empresa já forneceu no mínimo 01 (uma) unidade do(s) item(ns) ofertado(s) ou similar(res). Para os itens nos quais o percentual requerido apresente fração, considerar-se-á o número inteiro imediatamente superior.
- 8.47. A exigência pela apresentação de atestados técnicos no quantitativo descrito se faz necessária para resguardar a administração pública no sentido de garantir a execução do contrato e, consequentemente, atender às demandas da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Estado do Rio Grande do Norte. Vale ressaltar também que tal exigência não compromete a competitividade do certame.
- 8.48. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
- 8.49. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.50. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69](#), caput, inciso II);
- 8.51. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
- II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e
- III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).
- 8.52. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.53. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.54. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- 8.55. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 8.56. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.57. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de

- que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 8.58. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.59. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.60. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 8.61. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.62. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 8.63. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 8.64. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.
- 8.64.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.65. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.65.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.65.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.66. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.66.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.66.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.67. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [\(Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º\)](#):
- 8.67.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.67.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.68. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.69. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.70. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.71. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação [\(art. 4º do Decreto nº 8.538/2015\)](#).
- 8.72. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS:

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 10.4. oficial. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 **(vinte) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens *10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3*, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens *10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8*, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens *10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens *10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8*, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens *10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3* que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#).
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item *10.1.3*, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio*: Endereço eletrônico - licitacoes@sead.rn.gov.br.
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro ou agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO DO CONTRATO E ENTREGA DO OBJETO:

- 12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 12.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 12.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 12.7. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);
- 12.7.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);
- 12.7.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);
- 12.7.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.
- 12.8. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.
- 12.9. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas à sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.
- Condições de entrega**
- 12.10. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato, em remessa única.
- 12.11. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 12.12. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Centro Administrativo do Estado - Sede da SEAP RN, BR 101 - Km 0, Lagoa Nova - Natal/RN. CEP 59.000-900 - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária - SEAP - Unidade Instrumental de Administração Geral - UIAG. **No horário das 08:00h às 14:00h, de segunda-feira à sexta-feira.**

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 13.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser enviada através do sistema informatizado ao qual foi contratado e/ou por e-mail para o gestor do contrato.
- 13.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 13.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 13.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada na Lei 14.133/21.
- 13.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital e seus anexos.
- 13.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 13.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 13.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 13.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 13.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.17. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, após o recebimento provisório e definitivo dos itens, estes não estiverem em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas no termo de referência;

13.18. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor, nos termos do futuro contrato;

13.19. O CONTRATANTE não realizará pagamento direto a transportadoras e outras subcontratadas.

Do recebimento do objeto

13.20. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.21. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.22. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.23. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.24. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.25. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.26. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da liquidação

13.27. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.28. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.29. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.30. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

13.32. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa

Garantia da contratação

13.33. Conforme a Lei nº 14.133/2021, a garantia de execução contratual pode ser solicitada para o vencedor da licitação, pois traz segurança ao contrato de que o contratado é capaz de cumprir as obrigações assumidas. A garantia não poderá ser maior que 5% do valor do contrato, exceto quando se tratar de fornecimentos, obras e serviços de grande vulto, alta complexidade técnica e altos riscos financeiros, nesses casos, a garantia pode atingir até 10% do valor contratado.

13.34. A garantia contratual na licitação é obrigatória sempre que a autoridade competente entender que assim é necessário, vejamos o Art. 96, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

13.35. Desse modo, entende-se como não sendo necessária a exigência dessa garantia, uma vez que a aquisição dos itens se dará de pronta entrega e de forma imediata em remessa única.

13.36. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Do prazo de pagamento

13.37. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

13.38. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

Da forma de pagamento

13.39. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

13.40. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.41. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.42. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.43. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

DO REAJUSTE

13.44.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado na Pesquisa de Preços 41188758), em 13/05/2026.

13.44.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice, **IPCA** - Compra de bens de consumo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.44.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.44.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.44.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.44.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.44.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.44.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
14.1.	
14.2.	Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
14.3.	Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
14.4.	Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
14.5.	A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
14.6.	As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
14.7.	Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
14.8.	Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
14.9.	O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
14.10.	Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
14.11.	O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/ e www.compras.rn.gov.br

- 14.12. **Outras Comprovações:**
- 14.12.1. **Cotas para Aprendizes:**
- 14.12.1.1. No ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o licitante deverá comprovar o preenchimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do total de empregados contratados pela licitante. (Decreto Estadual 30.753, de 22 de julho de 2021, alterado pelo Decreto 31.902, de 09 de setembro de 2022).
- 14.12.1.2. A comprovação de que trata o subitem anterior será atestada mediante declaração firmada pelo responsável legal da empresa, acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes, ocultando se os respectivos dados pessoais, em conformidade com a Lei Federal 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).
- 14.12.1.3. <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>.
- 14.13. **Cotas para Deficiente Físico:**
- 14.13.1. No ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento da Lei Federal 8.213, de 24 de julho de 1991, que em seu artigo 93 estabelece a obrigatoriedade de preenchimento no quadro de funcionários da empresa com 100 ou mais empregados, com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência, (2% até 200 empregados até 5% a partir de 1.001 empregados).
- 14.13.2. Incumbe às empresas licitantes, quando for o caso, comprovar que não se enquadram nas obrigatoriedades estabelecidas no Decreto-Lei 5.452/1940 (CLT), regulamentado pelo Decreto Federal 9.579/2018 e na Lei Federal 8.213/1991, bem como expor os motivos de eventual descumprimento, na hipótese de serem obrigadas à observância das leis e decretos mencionados.
- 14.13.3. <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>.
- 14.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.14.1. Anexo I - Termo de Referência.
- 14.14.2. Anexo II - Estudo Técnico Preliminar.
- 14.14.3. Anexo III - Minuta de Termo de Contrato;
- 14.14.4. Anexo IV - Modelo de proposta comercial.

Natal/RN, na data da assinatura eletrônica.

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]



Documento assinado eletronicamente por **JANE CARMEN CARNEIRO E ARAUJO**, Secretário de Estado da Administração, em 22/06/2026, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42214395** e o código CRC **76B508F4**.

ANEXOS A MINUTA DE EDITAL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 06010035.003854/2025-83

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Aquisição de objeto e equipamentos aprovados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais, conforme se extrai do Termo de Convênio (38922411), Termo Aditivo (38922441) e Plano de Trabalho (38922456), todos referentes ao Convênio 936738/2022, com recursos provenientes da União, repassados por intermédio do instrumento Convênio, com o intuito de estruturar o Sistema Prisional quanto ao aparelhamento estrutural da Inteligência Penitenciária, bem como capacitação dos atuais quadros de servidores da área e de potenciais futuros recrutados, com o viés estruturante e de implementação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tipo Despesa	Descrição	Cód. Natureza Despesa	Natureza Aquisição	Und.	Qtde	Preço estimado	Valor Total
Bem	Cafeteira expresso automática	449052	Recursos do instrumento	Und	1	R\$ 3.828,33	R\$ 3.828,33
Bem	Lousa/monitor/tela interativa (85" A 89")	449052	Recursos do instrumento	Und	1	R\$ 27.442,17	R\$ 27.442,17
Bem	Desktop de alta performance	449052	Recursos do instrumento	Und	1	R\$ 35.449,40	R\$ 35.449,40
Bem	Dispositivo de proteção de energia (UPS)	449052	Recursos do instrumento	Und	1	R\$ 4.991,05	R\$ 4.991,05
Bem	Drone profissional com ai e mapeamento de precisão	449052	Recursos do instrumento	Und	1	R\$ 34.711,52	R\$ 34.711,52
Total							R\$ 106.422,47

- 1.2. O valor máximo aceitável é de **R\$ 106.422,47 (cento e seis mil quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos)**, id. 41188758.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023.
- 1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme o artigo 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5. Bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021).
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Da fundamentação

2.1.1. A Lei nº 14.133/2021, conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece as diretrizes para as aquisições de bens, serviços e obras pela administração pública, buscando garantir maior eficiência, transparência e competitividade. No que se refere à aquisição de bens, a lei proporciona um modelo que valoriza a melhor proposta, seja em termos de preço, qualidade ou adequação às necessidades da administração. A regulamentação de modalidades como pregão, tomada de preços, e concorrência, permite uma escolha adequada da forma de licitação conforme o valor e a complexidade do objeto, trazendo maior flexibilidade e conformidade com os princípios da eficiência e da legalidade.

2.1.2. A Lei nº 14.133/2021 reforça a importância do planejamento nas aquisições de bens, exigindo a elaboração de um processo licitatório bem fundamentado, com justificativas claras sobre a escolha do objeto, a necessidade de sua aquisição e a avaliação do impacto financeiro. A exigência de estudos técnicos prévios, como o Termo de Referência ou Projeto Básico, visa assegurar que as aquisições estejam alinhadas com as reais necessidades da administração, evitando compras desnecessárias ou mal dimensionadas. Além disso, a nova legislação possibilita a utilização do sistema de Registro de Preços, que facilita a aquisição de bens em momentos distintos, permitindo um planejamento mais eficiente para contratações de longo prazo.

2.1.3. Outro aspecto relevante da Lei nº 14.133/2021 é o incentivo à utilização de tecnologias e inovações no processo de licitação e contratação, o que pode otimizar a aquisição de bens. A regulamentação de contratos eletrônicos e a utilização de plataformas digitais trazem maior agilidade e redução de custos operacionais para a administração pública. A transparência, garantida pela ampla publicidade dos atos licitatórios e pela exigência de justificativas detalhadas, promove a concorrência saudável, evitando fraudes e favorecimentos. Dessa forma, a lei estabelece um novo paradigma para a aquisição de bens, com ênfase na racionalização de recursos e no cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2.2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

2.2.1. Alinhamento com a política nacional:

Objetivo(s) da PNSPDS:

Seção IV - Dos Objetivos: Art. 6º: I - fomentar a integração em ações estratégicas e operacionais, em **atividades de inteligência** de segurança pública e em gerenciamento de crises e incidentes; e IX - estimular o intercâmbio de **informações de inteligência** de segurança pública com instituições estrangeiras congêneres;

Eixo:

Seção III - Das Diretrizes: Art. 5º VII - fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica;

Seção II - Do Funcionamento: Art. 13. I - apoiar os programas de aparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública e defesa social do País;

2.2.2. **Alinhamento com a PESP/RN (plano estadual de segurança pública):**

Eixo(s): Citados nos Eixo 1: "Questões e temas centrais no enfrentamento da violência, criminalidade, prevenção e resposta a incidentes no estado" e Eixo 2: "Eixo 2 dispõe sobre as medidas de estruturação e reaparelhamento do sistema de segurança;"

Objetivos:

VII - profissionalizar a gestão do sistema penitenciário através do fortalecimento da **polícia penal**, garantindo a sua estrutura organizacional;

XIII - aprimorar os processos de segurança pública, especialmente os relacionados a perícia criminal e **inteligência**, com inovação tecnológica e integração de sistemas de informação e comunicação;

XXIII - fortalecer o combate ao crime organizado, estruturando as instituições, conferindo a devida autonomia funcional.

Ações Estratégica(s):

Ação Estratégica 05: Profissionalizar a gestão do **sistema penitenciário estadual** e implementar programas voltados à reinserção social dos egressos.

Ação Estratégica 10: Aprimorar os processos de segurança pública, especialmente os relacionados a policiamento ostensivo, perícia, investigação e **inteligência**, com inovação tecnológica e integração de sistemas de informação e comunicação;

2.2.3. **Alinhamento com o PLANO ESTRATÉGICO DA SEAP:**

2.2.3.1. O Plano Estratégico da SEAP/RN estabelece 15 objetivos estratégicos, dentre os quais se destacam os que orientam diretamente as atividades do DIPEN:

2.2.3.2. [OBJ02] Aprimorar a **inteligência penitenciária** e contribuir para a desarticulação das organizações criminosas: esse objetivo centraliza a missão do DIPEN no fortalecimento dos serviços de inteligência, visando prevenir e reprimir a criminalidade organizada. A meta associada (META07) determina que, até 2032, 100% do sistema penitenciário possua núcleos de inteligência estruturados, com infraestrutura, equipamentos e efetivo mínimo definidos pelo próprio departamento. A contratação de equipamentos por item, incluindo veículos, drones, dispositivos de comunicação, sistemas de monitoramento e análise, viabiliza a criação ou modernização desses núcleos.

2.2.3.3. Estruturar núcleos de inteligência: o plano prevê estruturar núcleos de inteligência em estabelecimentos prisionais e unidades de apoio, a fim de otimizar a segurança, prevenir incidentes e coletar informações relevantes. Equipar cada núcleo com tecnologia adequada é essencial para atingir a meta de cobertura total.

2.2.3.4. Investir em tecnologia e análise de dados: uma das ações estratégicas é “promover investimentos em tecnologia e equipamentos para potencializar a capacidade de operação e análise de dados da Inteligência do sistema penitenciário”. A aquisição de hardwares, softwares e equipamentos especializados permitirá ao DIPEN analisar grandes volumes de dados com agilidade e precisão, fortalecendo a tomada de decisão.

2.2.3.5. Aperfeiçoar o intercâmbio de informações: o plano determina aperfeiçoar estratégias de intercâmbio de informações entre diferentes agências de inteligência e entidades de segurança pública, visando prevenir incidentes e combater organizações criminosas. Ao estruturar a rede de tecnologia e comunicação por item, a SEAP garante interoperabilidade com outras forças de segurança.

2.2.3.6. Priorizar o monitoramento de lideranças criminosas: outra ação estratégica ressalta a priorização da identificação e monitoramento das lideranças negativas e facilitadores das organizações criminosas. Equipamentos de vigilância e rastreamento, bem como drones e sistemas de processamento de imagens, são essenciais para cumprir essa missão.

2.2.3.7. Adicionalmente, os objetivos de modernizar equipamentos e estruturas (OBJ 11), garantir recursos financeiros (OBJ 12) e adequar o efetivo às demandas institucionais (OBJ 13) complementam o foco do DIPEN ao assegurar infraestrutura e recursos humanos necessários para a execução das ações acima. Dessa forma, a contratação de cada item – alinhada ao Convênio nº 936738/2022 – permitirá ao Departamento de Inteligência Penitenciária cumprir suas metas e contribuir efetivamente para a segurança e a ordem no sistema prisional.

2.3. **Da descrição da necessidade**

2.3.1. A presente demanda tem como finalidade viabilizar a continuidade do processo de modernização do Departamento de Inteligência Penitenciária (DIPEN/SEAP), em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico da SEAP/RN (2024-2032) e com a execução do Convênio nº 936738/2022, celebrado entre o DEPEN/MJSP e o Estado do Rio Grande do Norte.

2.3.2. O diagnóstico institucional aponta fragilidades históricas na infraestrutura tecnológica, na disponibilidade de equipamentos e no suporte às atividades de inteligência penitenciária. Tais fragilidades comprometem a capacidade de coleta, análise e disseminação de informações estratégicas, essenciais à prevenção e ao enfrentamento da criminalidade organizada que atua “intra” e “extra” muros do sistema prisional.

2.3.3. A utilização do saldo remanescente do convênio, devidamente autorizada, permitirá minimizar as lacunas ainda existentes na estrutura mínima do DIPEN, com a aquisição de soluções modernas, integradas e escaláveis. O objetivo é aprimorar a qualidade da produção de conhecimento estratégico e fortalecer a atuação do setor como núcleo de apoio e subsídio às decisões da autoridade máxima da Secretaria.

2.3.4. Essa reestruturação atende também ao princípio da eficiência administrativa e está alinhada ao eixo de Governança e Gestão de Riscos previsto no planejamento estratégico, reforçando a capacidade do DIPEN em antecipar ameaças, subsidiar operações e cooperar com demais órgãos de segurança pública.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:**

3.1. Foi realizado estudo de mercado a fim de identificar as soluções disponíveis que atendam à necessidade da contratação e aos requisitos estabelecidos no item 2 do Estudo Técnico Preliminar 36497948, bem como, conhecer as condições usuais de aquisição ou de execução do objeto.

3.2. Neste sentido, o levantamento de mercado buscou soluções que garantissem a contratação de produtos que proporcionassem eficiência operacional. Sendo assim, a lista de equipamentos relevantes para aparelhar a inteligência penitenciária inclui:

- a) DESKTOP DE ALTA PERFORMANCE;
 - b) DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO DE ENERGIA (UPS);
 - c) DRONE PROFISSIONAL COM IA E MAPEAMENTODE PRECISÃO;
 - d) LOUSA/MONITOR/TELA INTERATIVA (85” a 89”);
 - e) CAFETEIRA ESPRESSO AUTOMÁTICA.
- 3.3. Foi identificado que o mercado apresenta as soluções descritas no levantamento da Cotação, id. nº 38831480.

3.4. Outrossim, buscou-se garantir que os equipamentos propostos são adequados às necessidades operacionais da inteligência penitenciária, permitindo um trabalho eficiente de coleta, processamento e segurança de informações sensíveis. Foi avaliada a qualidade dos equipamentos e sua capacidade de atender às demandas específicas do setor de inteligência. Além disso, as necessidades tecnológicas foram levantadas, considerando as descrições de equipamentos contidas em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e nas especificações existentes nos sítios eletrônicos/manuais dos fabricantes, de acordo com as justificativas técnicas abaixo elencadas:

Item	Justificativa Técnica
Desktop de alta performance	Justifica-se pela necessidade de dispor de infraestrutura computacional robusta, processamento de grandes volumes de dados e execução de softwares específicos utilizados no âmbito inteligência penitenciária. O equipamento permitirá a realização de perícias complexas, a recuperação de informações estratégicas, a análise de evidências digitais e a simulação de cenários, assegurando maior precisão e agilidade no tratamento das informações. Além disso, o servidor workstation de alto desempenho garantirá suporte contínuo às atividades de monitoramento e investigação, contribuindo diretamente para a eficiência operacional, a segurança orgânica e o fortalecimento das ações do Departamento de Inteligência da Polícia
Dispositivo de proteção de energia (UPS)	A aquisição do dispositivo de proteção de energia (UPS) justifica-se por se tratar de item periférico essencial ao funcionamento e operação do Servidor Workstation Forense de Alto Desempenho. O UPS assegura a continuidade das atividades críticas do servidor, prevenindo perdas de dados e danos a componentes em caso de falhas ou oscilações na rede elétrica; disso, permite a execução de desligamento seguro em situações de queda prolongada de energia, preservando a integridade das análises forenses e garantindo a disponibilidade cont dos serviços de inteligência penitenciária.
Drone profissional com IA e mapeamento de precisão	Justifica-se pela necessidade de ampliar a capacidade operacional da Agência de Inteligência Penitenciária, possibilitando o monitoramento aéreo em tempo real, reconhecimento de críticas, apoio em operações estratégicas e coleta de evidências visuais. O equipamento multissensor garante maior precisão e eficiência em atividades de inteligência e segurança, fortalecendo a prevenção e resposta a incidentes no sistema prisional.
Lousa/monitor/tela interativa (85” a 89”)	A aquisição da lousa/tela interativa de grande porte justifica-se pela necessidade de modernizar os ambientes de planejamento e capacitação da Agência de Inteligência Penitenciária equipamento permite a apresentação dinâmica de dados sensíveis, a visualização simultânea de informações estratégicas e a interação multiponto em reuniões, treinamentos e análises operacionais. Com recursos de conectividade e integração com softwares corporativos, a lousa amplia a eficiência na comunicação interna, facilita o compartilhamento seguro de informações e fortalece a tomada de decisão em tempo real. Trata-se, portanto, de um recurso tecnológico que potencializa a gestão, a análise e a difusão do conhecimento estratégico no âmbito da inteligência penitenciária.
Cafeteira expresso automática	A aquisição da cafeteira expresso automática justifica-se pela necessidade de oferecer melhores condições de trabalho e suporte às equipes da Agência de Inteligência Penitenciária. O equipamento contribui para a manutenção de ambientes funcionais e acolhedores durante atividades prolongadas, promovendo bem-estar e maior produtividade dos servidores. Além disso, atende à demanda recorrente de reuniões interagências e da recepção de autoridades, ocasiões em que se faz necessária a disponibilização de infraestrutura adequada e compatível com a formalidade e relevância dos encontros estratégicos realizados pelo setor de inteligência.

3.5. **Levantamento das soluções disponíveis no mercado**

3.5.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento das soluções disponíveis no mercado aptas a atender à necessidade institucional identificada, considerando a natureza das atividades desempenhadas pelo Departamento de Inteligência Penitenciária – DIPEN, bem como as práticas adotadas por órgãos públicos e as condições tecnológicas atualmente disponíveis.

3.5.2. Foram identificadas as seguintes alternativas:

3.5.2.1. Aquisição de equipamentos permanentes de alta performance
Consiste na aquisição direta, pela Administração, de equipamentos tecnológicos com elevado desempenho, destinados ao uso institucional contínuo e incorporados ao patrimônio público.

3.5.2.2. Locação de equipamentos (outsourcing tecnológico)
Modelo baseado na contratação de empresa especializada para fornecimento dos equipamentos em regime de locação, podendo incluir serviços de manutenção e suporte técnico.

3.5.2.3. Aquisição de equipamentos de configuração intermediária
Alternativa baseada na aquisição de equipamentos com especificações técnicas reduzidas, usualmente empregados em ambientes corporativos convencionais.

3.5.2.4. Compartilhamento de infraestrutura tecnológica existente
Consiste na utilização de equipamentos já disponíveis em outras unidades administrativas ou órgãos públicos, mediante compartilhamento de recursos.

3.6. **Análise comparativa das alternativas**

3.7. As alternativas levantadas foram avaliadas com base nos critérios de viabilidade técnica, eficiência operacional, segurança da informação, economicidade e aderência às atividades de inteligência penitenciária.

3.7.1. Aquisição de equipamentos permanentes

- 3.7.1.1.

Vantagens: Autonomia operacional da Administração; pleno controle sobre dados e informações sensíveis; adequação integral às especificações técnicas exigidas; disponibilidade contínua dos equipamentos; maior vida útil e estabilidade operacional.
- 3.7.1.2.

Desvantagens: Necessidade de investimento inicial; responsabilidade pela manutenção e gestão dos ativos.
- 3.7.2.

Locação de equipamentos
- 3.7.2.1.

Vantagens: Menor investimento inicial; possibilidade de atualização tecnológica periódica; suporte técnico incluído, conforme contrato.
- 3.7.2.2.

Desvantagens: Dependência contínua de fornecedor; risco à segurança da informação, considerando a sensibilidade dos dados tratados; limitação de customização das soluções; custo acumulado elevado no longo prazo; possibilidade de interrupção em caso de inadimplemento contratual.
- 3.7.3.

Equipamentos de configuração intermediária
- 3.7.3.1.

Vantagens: Menor custo de aquisição e ampla disponibilidade no mercado.
- 3.7.3.2.

Desvantagens: Desempenho insuficiente para atividades de análise forense e processamento intensivo de dados; risco de obsolescência acelerada; comprometimento da eficiência e da qualidade das análises; incompatibilidade com softwares especializados utilizados pelo setor.
- 3.7.4.

Compartilhamento de infraestrutura
- 3.7.4.1.

Vantagens: Ausência de custo direto de aquisição e aproveitamento de recursos existentes.
- 3.7.4.2.

Desvantagens: Indisponibilidade contínua dos recursos; inviabilidade operacional diante da necessidade de uso exclusivo e permanente; riscos à segurança da informação e ao sigilo institucional; ausência de controle direto pela unidade demandante.
- 3.8.

Justificativa técnica e econômica da solução adotada
- 3.8.1.

Após a análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a **aquisição de equipamentos permanentes de alta performance** constitui a solução mais adequada para atendimento à necessidade da Administração, pelos seguintes fundamentos:
- 3.8.2.

Adequação técnica: os equipamentos propostos atendem integralmente às exigências operacionais do DIPEN, especialmente no que se refere ao processamento de dados sensíveis, análise forense e suporte a atividades estratégicas;
- 3.8.3.

Segurança da informação: a aquisição direta assegura maior controle sobre os dados tratados, reduzindo riscos inerentes à terceirização ou compartilhamento de infraestrutura;
- 3.8.4.

Eficiência operacional: a disponibilidade contínua dos equipamentos garante a execução ininterrupta das atividades, sem dependência de terceiros;
- 3.8.5.

Economicidade: embora implique investimento inicial, a aquisição se mostra mais vantajosa no longo prazo em comparação com a locação, considerando o ciclo de vida dos equipamentos e a inexistência de custos recorrentes;
- 3.8.6.

Alinhamento institucional: a solução adotada está em consonância com o Plano de Trabalho do Convênio nº 936738/2022 e com as diretrizes do planejamento estratégico da SEAP/RN, voltadas ao fortalecimento da inteligência penitenciária.
- 3.8.7.

Dessa forma, a solução escolhida demonstra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e alinhada ao interesse público, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e segurança, que regem a Administração Pública.
- 3.9.

Para a aquisição dos equipamentos, a escolha da modalidade de contratação mais adequada analisou as seguintes opções:

- a)

Sistema de Registro de Preços (SRP) - O SRP é uma excelente ferramenta para garantir agilidade e eficiência nas contratações, permitindo a aquisição dos equipamentos conforme a necessidade ao longo do tempo. O uso do SRP também facilita a padronização e a redução de custos pela escala de compras. Não obstante, conforme art. 158 do Decreto nº 32.449, de 7 de março de 2023, a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária SEAP não está autorizada a contratar pelo Sistema de Registro de Preços.
- b)

Adesão a Atas de Registro de Preços de Outros Órgãos - A adesão a atas de outros órgãos que já tenham realizado contratações de produtos similares pode ser vantajosa em termos de economicidade e agilidade, uma vez que não há necessidade de realizar um novo processo licitatório. Não obstante, esta equipe não localizou atas registradas que contivessem todos os itens constante do Plano de Aplicação aprovado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- c)

Locação ou Leasing de Equipamentos - Para itens de alta tecnologia e custo elevado, como drones e sistemas de gravação, a locação ou leasing pode ser uma alternativa eficiente. Essa modalidade permite a utilização de equipamentos atualizados tecnologicamente sem a necessidade de grandes investimentos iniciais. Não obstante, os recursos financeiros aportados pelo Governo Federal constante do Plano de Aplicação aprovado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública envolvem ações de investimento, não permitindo locação dos equipamentos e materiais permanentes na rubrica de custeio.
- d)

Pregão Eletrônico - é a modalidade mais utilizada para aquisições de bens e serviços comuns, proporcionando ampla competitividade e transparência. A vantagem do pregão é a possibilidade de redução de preços e seleção de fornecedores qualificados para atender às necessidades específicas da inteligência penitenciária.

3.10. O pregão eletrônico, regido pela Lei nº 14.133/2021, tem como uma de suas principais vantagens a ampla competitividade que proporciona. Ao permitir que fornecedores de diversas regiões participem da licitação, o pregão eletrônico possibilita a obtenção de melhores preços, devido à concorrência mais acirrada entre os licitantes. De acordo com o **art. 6º da Lei nº 14.133**, a modalidade pregão é indicada para aquisição de bens e serviços comuns, sendo que a versão eletrônica do pregão amplia o acesso de fornecedores, proporcionando maior transparência ao processo licitatório.

3.11. Conforme o **art. 28 da Lei nº 14.133**, a escolha da modalidade de licitação deve ser tecnicamente justificada e atender ao princípio da eficiência, buscando a solução que melhor combine economicidade e adequação às necessidades da administração pública. No caso da aquisição de equipamentos para inteligência penitenciária, o pregão eletrônico oferece um equilíbrio ideal entre preço, qualidade e transparência, em conformidade com os objetivos de garantir a melhor aplicação dos recursos públicos e a segurança da informação.

3.12. A combinação de competitividade, transparência e flexibilidade tornam o pregão eletrônico a solução mais apropriada quando comparada a outras alternativas, como o SRP, adesão a atas ou locação, que podem ser úteis em contextos específicos, mas apresentam limitações para aquisições pontuais de alta especificidade técnica, como no caso de inteligência penitenciária.

3.13. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

3.13.1. A adoção da modalidade por item para aquisição dos equipamentos atende ao princípio da competitividade, permitindo que empresas de diferentes portes e especializações participem do certame. Tal diretriz está em consonância com o dever da Administração de promover a participação do maior número de licitantes qualificados, conforme o art. 5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

3.13.2. Dividir a contratação em itens independentes favorece a disputa entre fornecedores e, por consequência, tende a resultar em melhores condições para o erário, tanto em termos de preço quanto de qualidade. Jurisprudência do TCU destaca que a decisão de não parcelar uma contratação deve ser precedida de estudos técnicos justificativos; logo, na ausência de fatores técnicos que imponham a integração de objetos, o parcelamento deve ser privilegiado.

3.13.3. O art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que, sempre que possível, as compras e contratações de serviços serão divididas em itens, de forma a ampliar a competitividade, sem perda de economia de escala. O TCU reforça que o parcelamento é a regra quando o objeto for divisível e não houver prejuízo para o conjunto da solução, observando-se a viabilidade técnica, a vantagem econômica e a ampliação da competição.

3.13.4. Tal estratégia propicia o controle individualizado da qualidade de cada bem ou serviço, mitiga riscos (problemas em um item não comprometem a totalidade da aquisição) e permite um gerenciamento contratual mais eficiente. Também atende às orientações do Plano Estratégico da SEAP/RN, que recomenda modernizar a inteligência penitenciária com soluções tecnológicas variadas e independentes, cada qual demandando fornecedores especializados.

3.13.5. Assim, para os equipamentos a serem adquiridos com recursos do Convênio nº 936738/2022, a opção pelo parcelamento por item está devidamente justificada. Os itens são heterogêneos, não apresentam interdependência técnica ou econômica que exija aquisição conjunta e possuem fornecedores distintos no mercado. O parcelamento possibilita a contratação de cada item com o melhor custo-benefício, garantindo economia, eficiência e ampla competição, conforme preconizado pela legislação e pela jurisprudência do Tribunal de Contas.

3.14. Descrição da solução Como um Todo

3.15. Assim como ocorre com a maioria dos equipamentos de tecnologia, os bens contemplados neste projeto estão sujeitos a um processo de depreciação natural. A rápida evolução tecnológica exige a renovação periódica do parque de TI, de modo a garantir a compatibilidade e a disponibilidade dos recursos de informação necessários às atividades dos usuários.

3.16. No passado, era comum prorrogar a vida útil de equipamentos por meio da contratação de serviços de atualização de hardware e de manutenção. Entretanto, estudos recentes e decisões de controle mostram que essa estratégia tornou-se antieconômica em comparação com a aquisição de novos equipamentos, pois as atualizações isoladas não entregam benefícios proporcionais aos custos envolvidos.

3.17. O Tribunal de Contas da União já se pronunciou sobre o tema, condenando a prática de atualizações tecnológicas em detrimento da compra de novos equipamentos. A Corte destacou que a continuidade dos serviços é um atributo essencial e que a interrupção da prestação pode causar transtornos ao público, recomendando-se a renovação do parque tecnológico quando justificada.

3.18. Por conseguinte, para bens de informática e inteligência, uma das melhores estratégias para minimizar interrupções é a aquisição de equipamentos com ampla cobertura de garantia e assistência técnica. Manter um parque de TI com garantia integral, ao invés de depender de upgrades pontuais, assegura maior disponibilidade, reduz riscos de falha e contribui para a economicidade a médio prazo.

3.19. Diante do exposto, objetiva-se adquirir equipamentos que permitam atender às necessidades das áreas de forma eficiente e adequada. Cita-se o tipo e as necessidades que cada item requer, já as garantias pretendidas, foram citadas na planilha de especificações técnicas, no item 3.3 (ETP - 40855801):

Item	Descrição	Despesa	Tipo	Necessidade
01	Desktop de alta performance	Bem	Aquisição	Garantia
02	Dispositivo de proteção de energia (UPS)	Bem	Aquisição	Garantia
03	Drone profissional com ia e mapeamento de precisão	Bem	Aquisição	Garantia
04	Lousa/monitor/tela interativa (85” a 89”)	Bem	Aquisição	Garantia
05	Cafeteira expresso automática	Bem	Aquisição	Garantia

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Para atender às demandas e atividades pertinentes aos serviços de Inteligência Penitenciária de forma segura e eficiente, é indispensável estabelecer especificações e certificações mínimas para os equipamentos e serviços a serem adquiridos. As especificações deverão seguir os parâmetros do plano de trabalho vinculado ao Convênio nº 936738/2022 e às diretrizes do Plano Estratégico da SEAP/RN, garantindo confiabilidade, interoperabilidade e adequação ao ambiente operacional do DIPEN.

4.2. Eventuais menções a marcas ou modelos neste documento possuem caráter **meramente referencial**, com o objetivo de facilitar a descrição técnica do objeto, nos termos da Súmula TCU nº 270 e dos arts. 41 e 42 da Lei 14.133/2021. Será admitido o fornecimento de produtos **equivalentes ou de qualidade superior**, desde que atendam integralmente às especificações e desempenhos mínimos exigidos, deixando evidente que não há restrição à competitividade por parte da administração.

4.3. Com isso, segue planilha proposta após vasta pesquisa de mercado e contratos já realizados da área de atuação mencionada no projeto:

Item	Descrição	Especificação Mínima	Sugerido
01	Desktop de alta performance	<p>Processador x86-64 de última geração, com no mínimo 24 núcleos físicos (8 de desempenho e 16 de eficiência) e 32 threads, operando em frequência turbo mínima de 6,2 GHz nos núcleos de desempenho. Deve possuir cache L3 de pelo menos 36 MB e cache total (L2+L3) de, no mínimo, 65 MB. Compatível nativamente com memórias DDR5 em frequência mínima de 5600 MHz sem necessidade de overlock e com suporte a instruções avançadas (AVX2 e AVX-512/AVX10). O processador deve apresentar TDP base de 125 W e potência máxima turbo igual ou superior a 250 W, além de ser fabricado em litografia de 7 nm ou mais avançada;</p> <p>Placa-mãe padrão ATX equipada com chipset Intel série Z790 de última geração, com VRM de no mínimo 20 fases de 90 A cada (ou superior), acompanhados de dissipadores em alumínio de alto desempenho. Deve possuir quatro slots DDR5, suportando até 192 GB DDR5-5600 em dual-channel. Deve incluir pelo menos um slot PCIe 5.0 x16 reforçado em aço para GPU dedicada e três ou mais slots M.2, sendo ao menos um compatível com PCIe 5.0 x4 e os demais PCIe 4.0 x4, todos com dissipadores térmicos dedicados. A interface de rede integrada deve oferecer LAN 2,5 GbE. Exige no mínimo duas portas USB-C 20 Gb/s (uma traseira e uma frontal), além de múltiplas portas USB-A 10 Gb/s. Deve dispor de conector 12VHPWR nativo para GPU e compatibilidade com placas de cabeamento traseiro (padrão BTF/Project Zero ou equivalente), permitindo instalação limpa sem cabos frontais. A BIOS/UEFI deve oferecer Secure Boot e suporte a overlock de CPU e memória.</p> <p>Memória DDR5 com capacidade total de 128 GB, composta obrigatoriamente por quatro módulos idênticos de 32 GB cada. Cada módulo deve operar em frequência mínima efetiva de 5600 MT/s (DDR5-5600), com latência CAS máxima de CL36, compatível com perfis JEDEC e Intel XMP 3.0. Deve possuir ECC on-die integrado para correção interna de erros de célula e dissipador de calor em alumínio contínuo de perfil baixo, garantindo estabilidade térmica mesmo em uso intensivo. Os módulos devem ser oficialmente compatíveis com plataformas Intel Z790/LGA1700, operando em dual-channel pleno..</p> <p>Sistema de refrigeração líquida AIO selado para CPU, equipado com radiador em alumínio de 360 mm (comprimento ≥ 395 mm, largura 120 mm, espessura ≥ 27 mm). Deve contar com bomba de oitava geração ou superior, com controle PWM, projetada para operação contínua 24×7, base em cobre niquelado com microcanais de alta densidade e tubos emborrachados de baixa permeabilidade, revestidos em nylon trançado. Inclui três ventoinhas de 120 mm PWM, cada uma com fluxo de ar mínimo de 75 CFM, pressão estática ≥ 2,6 mm-H2O, nível de ruído ≤ 37 dBA e rolamento magnético ou equivalente de alta durabilidade. Deve oferecer suporte nativo a iluminação ARGB endereçável tanto na bomba quanto nas ventoinhas, ser compatível com socket Intel LGA-1700 e possuir cabeamento totalmente selado, dispensando manutenção periódica. Deve contar com software de monitoramento oficial do fabricante para controle de desempenho e iluminação.</p> <p>Placa de vídeo dedicada de última geração, baseada em arquitetura compatível com NVIDIA CUDA compute capability ≥ 8.9, equipada com no mínimo 16 GB de memória GDDR6X em barramento ≥ 256 bits e largura de banda efetiva mínima de 750 GB/s. Deve contar com núcleos dedicados de Ray Tracing (RT Cores 4ª geração ou superior) e Tensor Cores (4ª geração ou superior) para aceleração de inteligência artificial, além de oferecer capacidade de processamento mínima de 45 TFLOPS em FP32 e clock boost ≥ 2,5 GHz. Deve suportar APIs modernas (DirectX 12 Ultimate, OpenGL 4.6, Vulkan 1.3). O consumo máximo da placa (TGP) deve ser de até 350 W, com conector 12VHPWR de 16 pinos nativo e certificação PCIe 5.0. As dimensões físicas não devem ultrapassar 340 mm de comprimento, 140 mm de altura e até 4 slots de espessura. O sistema de refrigeração deve ser ativo, com pelo menos três ventoinhas de 90 mm ou maiores, heatpipes em cobre niquelado, dissipador em alumínio de alta densidade e backplate metálico. A placa deve possuir no mínimo quatro saídas digitais (3× DisplayPort 1.4a e 1× HDMI 2.1a), suportando resoluções de até 8K@60Hz e múltiplos monitores simultâneos (mínimo 4×4K).</p> <p>Dispositivo de armazenamento para o Sistema Operacional: SSD NVMe PCIe 4.0 x4 de 1 TB, compatível com o padrão NVMe 1.4. Deve alcançar velocidades sequenciais mínimas de 7.000 MB/s em leitura e 6.000 MB/s em gravação sustentada, sem degradação abrupta em operações prolongadas. Deve utilizar memória NAND 3D TLC obrigatória, com cache DRAM dedicada de baixa latência. Exige resistência mínima de 1.400 TBW, MTBF ≥ 1,5 milhão de horas e suporte a operação contínua 24×7. Deve possuir dissipador de calor em alumínio integrado ou compatível com os dissipadores nativos da placa-mãe. Requer suporte a criptografia AES 256-bit, TRIM, S.M.A.R.T. e tecnologias de correção de erros LDPC/ECC.</p> <p>Dispositivo de armazenamento para massa de dados:SSD NVMe PCIe 4.0 x4 de 2 TB, formato M.2 2280, compatível com o padrão NVMe 1.4. Deve oferecer velocidade sequencial mínima de 7.100 MB/s em leitura e 6.800 MB/s em gravação sustentada, sem degradação abrupta em cargas prolongadas. Deve utilizar memória NAND 3D TLC obrigatória, com cache DRAM dedicada de baixa latência. Deve possuir resistência mínima de 1.400 TBW, MTBF ≥ 1,7 milhão de horas e suportar operação contínua 24×7. Requer dissipador de calor em alumínio integrado de alta eficiência, compatível com os dissipadores da placa-mãe, garantindo operação dentro da faixa térmica (0 °C a 70 °C). Deve possuir suporte a criptografia AES 256-bit, TRIM, S.M.A.R.T., DEVSLP, LDPC/ECC e proteção contra choques de até 1.500 G.</p> <p>Dispositivo de Armazenamento Para Evidências Quentes: SSD NVMe PCIe 4.0 x4 de 4 TB, compatível com o padrão NVMe 1.4. Deve oferecer velocidade sequencial mínima de 7.000 MB/s em leitura e 6.000 MB/s em gravação sustentada, sem degradação em cargas contínuas de alta intensidade. Obrigatoriamente equipado com memória NAND 3D TLC e cache DRAM dedicada de baixa latência. Deve possuir resistência mínima de 3.000 TBW, MTBF ≥ 1,7 milhão de horas e DWPD ≥ 0,5 durante o período de garantia, suportando operação contínua 24×7 sem degradação de desempenho. Deve incluir dissipador térmico em alumínio de alta eficiência com heatspreader otimizado. Precisa oferecer suporte a S.M.A.R.T., TRIM, LDPC/ECC, DEVSLP e criptografia AES 256-bit, além de proteção contra choque ≥ 1.500 G.</p> <p>Dispositivo de Armazenamento para Backup de Dados: Sistema de armazenamento composto por 2 unidades idênticas de HDD de 8 TB cada, interface SATA III (6 Gb/s), projetadas para operação contínua em regime 24×7. Cada unidade deve ter velocidade de rotação mínima de 5400 rpm (aceitando superiores como 7200 rpm), cache ≥ 256 MB, MTBF ≥ 1,0 milhão de horas e carga de trabalho anual mínima de 180 TB/ano. Os discos devem incluir sensores de vibração rotacional (RV sensor) e firmware otimizado para uso em arranjos RAID (com suporte a TLER/ERC), além de níveis de ruído em operação ≤ 30 dBA. O conjunto deve ser entregue pré-configurado em RAID1 (espelhamento), acompanhado de relatório de saúde SMART de cada unidade.</p> <p>Gabinete tipo Mid Tower ATX, compatível com placas-mãe padrão ATX e cabeamento traseiro (padrão BTF/Project Zero). Deve possuir dimensões externas aproximadas de 235 mm (L) × 495 mm (A) × 469 mm (P) ou superiores, permitindo instalação sem restrições da placa-mãe especificada, da GPU de até 400 mm de comprimento e até 4 slots de espessura, da fonte ATX de até 200 mm de comprimento e do radiador de 360 mm (instalável no topo ou frontal). Deve incluir no mínimo 4 ventoinhas ARGB de 140 mm (3 frontais e 1 traseira) pré-instaladas, compatíveis com splitter ARGB 5 V. Deve possuir painel lateral em vidro temperado, estrutura em aço SPCC ≥ 0,8 mm e filtros de poeira removíveis em todas as entradas (frontal, superior, inferior e traseira). Deve oferecer no mínimo 2 baias 2,5" e 2 baias 3,5" internas.</p> <p>Fonte de alimentação padrão ATX 3.0, potência nominal de 1.000 W reais em carga contínua a 50 °C ambiente, certificação de eficiência mínima 80 Plus Platinum (≥ 92 % @ 50 % de carga em 230 V). Deve ser compatível com o padrão PCIe 5.0 e fornecer linha única de +12 V com capacidade ≥ 996 W. Deve possuir conector nativo 12VHPWR de 16 pinos (600 W) e incluir cabos 100 % modulares, contemplando no mínimo: 3× PCIe 8 pinos, 2× EPS 8 pinos, 6× SATA, 3× Molex, além do 12VHPWR. A ventoinha deve ser de rolamento dinâmico fluido (FDB) ou equivalente, com controle PWM e modo silencioso. Deve incluir proteções completas (OPP, OVP, UVP, SCP, OTP, OCP) e atender normas internacionais de segurança (CE, UL, FCC, RoHS). Ripple e ruído máximo permitido ≤ 30 mV nas linhas principais.</p>	X-X-X-X-X
2	Dispositivo de proteção de energia (UPS)	<p>Nobreak on-line dupla conversão (VFI-SS-111 conforme IEC 62040-3), com as seguintes características mínimas: Potência de 3 000 VA / 2 100 W reais, fator de potência ≥ 0,7; Tempo de transferência zero (0 ms), garantindo funcionamento contínuo; Autonomia mínima de 10 minutos em 60 % de carga (com possibilidade de expansão via banco de baterias); Saída em onda senoidal pura 220 V, com distorção harmônica total (THD) ≤ 3 %; Tensão de entrada bifásica 220 V com ampla faixa de operação; Inclui porta USB e/ou SNMP para gerenciamento remoto e shutdown automático; Deve possuir by-pass automático e by-pass manual de manutenção; Deve possuir proteções contra subtensão, sobre tensão, sobrecarga, curto-circuito e temperatura; Ventilação forçada inteligente com alarme sonoro; Conformidade com normas IEC 62040 / ABNT NBR 15014; Garantia mínima de 2 anos.</p>	X-X-X-X-X
3	Drone profissional com IA e mapeamento de precisão	<p>REQUISITOS DE DESEMPENHO DE VOO</p> <ul style="list-style-type: none">- Tempo de voo prolongado: a aeronave deve oferecer autonomia mínima de 49 minutos em voo contínuo para missões de mapeamento, permitindo operações de grande porte com menos trocas de bateria;- Velocidade horizontal elevada: capacidade de deslocamento de pelo menos 21 m/s (≈ 46,9 km/h) para possibilitar levantamentos rápidos e cobrir áreas extensas;- Distância máxima de operação: alcance de 25 km (ou maior) para a transmissão de dados e vídeo, com sistema de antenas de alta potência e download de 20 MB/s;- Resistência ao vento: manter estabilidade e segurança em ventos de 12 m/s;- Descolagem rápida: sistema de preparação e calibração automática que permita decolagem em até 15 segundos, agilizando resposta em missões de emergência;- Altitude e distância de voo: capacidade de operar em altitude máxima de 6 000 m e cobrir mais de 35 km por voo, conforme parâmetros típicos de drones de classe profissional; <p>SISTEMA DE NAVEGAÇÃO E POSICIONAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none">- GNSS multi-constelação com RTK integrado: suporte a GPS, Galileo, BeiDou e GLONASS com módulo RTK incorporado para precisão centimétrica. A precisão do posicionamento deve ser de 1 cm + 1 ppm (horizontal) e 1,5 cm + 1 ppm (vertical), sem necessidade de acessórios adicionais. O módulo RTK deve trabalhar de forma integrada ao sistema de visão para atualizar o ponto de retorno automaticamente e permitir voo seguro mesmo com perda de sinal GNSS;- Posicionamento visual omnidirecional: a aeronave deve possuir sensores de visão de baixa luminosidade em todas as direções (frente, trás, laterais e inferior), complementados por sensor infravermelho, para detecção de obstáculos em alcance mínimo de 0,4 m a 200 m. Em operações noturnas, os sensores devem garantir posicionamento preciso e retorno seguro;- Capacidade de voo em ambientes com interferência: o sistema de fusão GNSS + visão deve permitir decolagem em áreas urbanas e retorno ao ponto de origem mesmo sem sinal GNSS, atualizando o ponto de casa durante o voo; <p>CONJUNTO ÓPTICO E SENSORES</p> <p>Câmeras integradas</p> <ul style="list-style-type: none">- O payload deve ser composto por módulos multisensores integrados capazes de capturar imagens em alta resolução para ortofotos, fotos oblíquas, inspeções e modelagem 3D. Requisitos mínimos:- Câmera grande angular com obturador mecânico: sensor CMOS de 4/3 pol (ou superior) com resolução de 20 MP, abertura variável e obturador mecânico para eliminação de efeitos de "rolling shutter". O obturador deve operar entre 2-1/2000 s. Esta câmera deve permitir captura em intervalos mínimos de 0,5 s para levantamentos de alta eficiência;- Câmeras telefoto: incluir pelo menos dois sensores CMOS de 1/1,3 pol e 1/1,5 pol (ou superiores) com 48 MP cada, oferecendo zoom óptico de 16 × e zoom híbrido de até 112 ×, possibilitando inspeções de detalhes como fissuras ou placas a centenas de metros. O sistema deve garantir estabilização avançada para imagens nítidas mesmo em ampliação;- Alto desempenho em baixa luminosidade: as câmeras devem suportar sensibilidade de 0,5 lux ou menos, oferecer modo noturno com visão em cores e possuir filtro IR/nIR para missões de busca e salvamento. Sensores de baixa luminosidade omnidirecionais devem auxiliar na navegação segura em ambientes escuros; <p>LASER RANGEFINDER E MEDICÃO</p> <ul style="list-style-type: none">- Telemetro laser integrado: alcance de medição de pelo menos 1 800 m, com zona cega de 1 m e precisão de ± (0,2 m + 0,0015 × D), onde D é a distância medida. O elêmetro deve permitir marcação de pontos e auxiliar em funções de FlyTo e medição de objetos ou áreas durante voos. <p>INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTOMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">- Detecção automática de alvos: algoritmo integrado capaz de identificar pessoas, veículos, embarcações e outros alvos, com possibilidade de treinamento de modelos personalizados. Funções como Smart Track, Cruise, FlyTo e POI (ponto de interesse) devem ser suportadas, ajustando automaticamente o zoom e a trajetória de voo;- Capacidade de captura oblíqua multi-direcional: o gimbal deve realizar captura oblíqua em cinco direções para aumentar a eficiência de mapeamento em até 40 % e captura ortofoto em três direções cobrindo até 2,8 km² por voo;- Smart 3D Capture: geração automática de modelos 3D preliminares diretamente no controlador remoto, definindo rotas de mapeamento e verificando a qualidade dos dados em tempo real;- Correção de distorção avançada: utilização de algoritmos de Distortion Correction 2.0 calibrados de fábrica, com distorção residual inferior a 2 pixels para produção de ortomosaicos de alta precisão; <p>SISTEMA DE TRANSMISSÃO E CONTROLE</p>	X-X-X-X-X

		<p>- Transmissão O4 Enterprise ou equivalente: sistema de comunicação de múltiplas antenas (≥ 8) com alcance mínimo de 25 km, taxa de download de 20 MB/s e latência inferior a 130 ms. Deve suportar resistência a interferências GNSS e dispor de redundância de banda dupla (2,4/5,8 GHz) e conectividade 4G opcional para ambientes urbanos;</p> <p>- Controlador remoto profissional: unidade com tela touchscreen de 7 pol (1920 × 1200 px) e brilho mínimo de 1 400 nits para visualização sob luz solar. Classificação IP54 de proteção contra poeira e água, operando entre –20 °C e +50 °C. Bateria integrada com duração de ≈ 3,8 h, com possibilidade de bateria externa para ampliar o tempo operacional. Deve oferecer antena de alto ganho, suporte a multi-toque (≥ 10 toques) e conexão para dongle 4G/5G, Wi-Fi 6 e Bluetooth 5.2, garantindo comunicação estável;</p> <p>- Compatibilidade com estação D-RTK: o sistema deve ser compatível com estação D-RTK de múltiplas funções (modo base, rover e repetidor) para correções centimétricas e ampliação do alcance de comunicação;</p> <p>BATERIAS E ENERGIA</p> <p>- Tipo de bateria: baterias inteligentes recarregáveis de íon-lítio 4S, com capacidade mínima de 6 741 mAh, energia de 99,5 Wh e peso aproximado de 400 g;</p> <p>- Tensão e potência: voltagem nominal em torno de 14,76 V, com tensão máxima de carga de 17 V e taxa de descarga contínua de 4C;</p> <p>- Ciclo de vida: garantia de pelo menos 200 ciclos com manutenção da capacidade residual acima de 70 %;</p> <p>- Sistema de aquecimento/monitoramento: as baterias devem possuir aquecimento automático para operações em temperaturas baixas e monitoramento de células para evitar sobrecarga e subtenção;</p> <p>SEGURANÇA E SENSORES DE NAVEGAÇÃO</p> <p>- Sistema omnidirecional de detecção e evasão: sensores visuais e infravermelhos de alta definição em todos os lados, permitindo detecção de obstáculos entre 0,4 m e 200 m e funcionamento em baixa luminosidade. O sistema deve trabalhar em conjunto com algoritmos de inteligência artificial para prever e desviar de obstáculos mesmo em velocidade máxima;</p> <p>- Resistência a ambientes complexos: suporte a condições de baixa luz, fumaça ou poeira, com modos de estabilização eletrônica de imagem (dehazing) e filtros de redução de ruído;</p> <p>- Funções de retorno inteligente: retorno automático ao ponto de partida em caso de bateria baixa ou perda de sinal, com definição dinâmica do ponto de retorno utilizando fusão GNSS + visão;</p> <p>RECURSOS ADICIONAIS E ACESSÓRIOS COMPATIVÉIS</p> <p>- Sistema de iluminação e áudio: compatibilidade com holofote gimbalizado que alcance pelo menos 100 m com modos contínuo e estroboscópio, e alto-falante de alta potência capaz de transmitir mensagens em tempo real a até 300 m, com suporte a gravações e conversão de texto em voz;</p> <p>- Software de missão: suporte a aplicativos profissionais para planejamento de missões, mapeamento 2D/3D e pós-processamento, como softwares equivalentes aos programas DJI Pilot 2, FlightHub 2, DJI Terra e DJI Modify. Deve permitir geração de relatórios de qualidade após o voo, indicando status do RTK e parâmetros de captura;</p> <p>- Modo de cruzeiro e FlyTo: possibilidade de definir velocidade e direção constantes sem atuação contínua do piloto e de selecionar um ponto no mapa ou com o telemetro para que a aeronave ajuste automaticamente sua rota e velocidade;</p> <p>- Case rígido para transporte;</p> <p>- Kit de hélices de baixo ruído</p> <p>- Compatibilidade com controles adicionais: possibilidade de integração com sistemas de gestão de frota e operação remota via plataforma de nuvem, incluindo transmissão ao vivo e controle de múltiplas aeronaves.</p>	
4	Lousa/monitor/tela interativa (85" a 89")	<p>ESTRUTURA DO DISPLAY</p> <p>- Dimensões da tela: o display deverá ter tamanho mínimo de 85 polegadas, medido diagonalmente, com formato widescreen 16:9. A especificação de tamanho igual ou superior a 85 " baseia-se em equipamentos que oferecem área útil suficiente para salas grandes;</p> <p>- Tipo de painel: painel de tecnologia LCD/LED com matriz VA ou similar, que ofereça uniformidade de brilho, alta taxa de contraste (aprox. 4 000:1) e ângulo de visão de 178° em ambos os eixos;</p> <p>- Resolução nativa: deverá suportar resolução Ultra HD (3840 × 2160 pixels) para garantir imagens nítidas;</p> <p>- Brilho e contraste: brilho típico de ≥ 350 cd/m², mesmo com vidro protetor, e contraste mínimo de 4 000:1. Esses parâmetros asseguram visibilidade em ambientes com luz artificial;</p> <p>- Tratamento do vidro: o vidro frontal deve possuir revestimento antirreflexo, antimicrobiano e filme anti-estilhaço, com dureza semi-temperada, conforme observado em displays profissionais;</p> <p>- Frequência e tempo de resposta: taxa de atualização de 60 Hz e tempo de resposta ≤ 8 ms para minimizar arrastos e borrões;</p> <p>- Ciclo de operação: suporte a 16 horas de funcionamento diário, sete dias por semana, com orientação de instalação na horizontal (paisagem).</p> <p>TECNOLOGIA DE TOQUE E SOFTWARE</p> <p>- Tecnologia de toque: sensor infravermelho (IR) ou equivalente que possibilite no mínimo 20 pontos de toque simultâneos. Deve reconhecer diferentes espessuras de objetos (2 mm, 4 mm, 8 mm e 50 mm) e oferecer latência de toque ≤ 6,7 ms, permitindo escrita natural;</p> <p>- Canetas: canetas passivas com fixação magnética; suporte a modos de escrita e desenho (pen/brush) e reconhecimento de 2048 níveis de pressão, como visto em equipamentos de referência;</p> <p>- Software embutido: sistema operacional embarcado (como Tizen ou equivalente) com armazenamento interno mínimo de 32 GB. Deve incluir aplicativo de quadro branco, navegador web, visualizador de documentos, reprodutor de vídeo e ferramentas de colaboração remota. O equipamento deve suportar até quatro telas em modo picture-by-picture e permitir o espelhamento sem fio de múltiplos dispositivos (no mínimo 50) através de soluções como AirPlay 2, SmartView+ ou equivalente;</p> <p>CONECTIVIDADE</p> <p>- Entradas de vídeo: pelo menos duas portas HDMI 2.0 (uma frontal e outra traseira) e uma porta DisplayPort 1.2. O equipamento deve ser compatível com HDCP 2.2 para reprodução de conteúdos protegidos;</p> <p>- Portas USB: mínimo de quatro portas USB, incluindo três do tipo A (duas frontais, uma traseira) e uma porta USB-C com função 3-em-1 (espelhamento de vídeo, controle de toque e alimentação de até 65 W para carregar notebooks ou tablets);</p> <p>- Outras interfaces: conector RS-232C para automação ou controle, porta RJ-45 Gigabit para rede cabeada e saída de áudio (mini-jack). Também é obrigatório que o display possua conectividade Wi-Fi (padrão 802.11ac) e Bluetooth embutidos;</p> <p>- OPS: compatível com slot OPS (Open Pluggable Specification) para acoplar micro-PC opcional, permitindo upgrade de hardware sem substituir o display.</p> <p>ÁUDIO E MULTIMÍDIA</p> <p>- Alto-falantes integrados: o equipamento deve possuir alto-falantes embutidos com potência mínima de 40 W (4×10 W), garantindo áudio suficiente para salas de aula e reuniões sem a necessidade de caixas externas;</p> <p>- Saída de áudio: conector stereo de 3,5 mm para ligação a equipamentos de som externos ou sistemas de sonorização;</p> <p>- Compatibilidade de dispositivos: deve permitir conexão de teclado, mouse e microfones via Bluetooth ou USB e ser compatível com chamadas de vídeo (por exemplo, WebRTC ou aplicativos nativos);</p> <p>ALIMENTAÇÃO E REQUISITOS FÍSICOS</p> <p>- Alimentação elétrica: o aparelho deve operar em 100–240 V AC, 50/60 Hz. O consumo máximo de energia não deve exceder 528 W, com consumo em modo de espera igual ou inferior a 0,5 W.</p> <p>- Dimensões e peso: dimensões aproximadas de 1 945 mm (largura) × 1 151 mm (altura) × 89 mm (profundidade) e peso máximo de 75 kg. O equipamento deve ser compatível com fixação VESA 600 × 400 mm;</p> <p>- Condições de operação: tolerar temperaturas de 0 °C a 40 °C e umidade de 10 % a 80 % sem condensação.</p> <p>SEGURANÇA E CERTIFICAÇÕES</p> <p>- O display deve atender às normas de segurança elétrica IEC 60950-1 e possuir homologação INMETRO para comercialização no Brasil. Outras certificações internacionais (UL, CE, FCC) são desejáveis;</p> <p>- Deve haver mecanismos de segurança de software, como gestão remota com proteção Knox ou similar, para permitir atualização de firmware e envio de conteúdo de forma segura.</p> <p>RECURSOS ADICIONAIS</p> <p>- Painel de controle frontal: botões e portas acessíveis na frente do equipamento para facilitar o uso por professores ou apresentadores;</p> <p>- Alça traseira: alça ergonômica para movimentar o display com segurança;</p> <p>- Suporte, tipo cavalete com rodas;</p> <p>- Software de anotação: incluir aplicativo de quadro branco com criação de camadas de notas, exportação de arquivos e possibilidade de salvar e compartilhar conteúdo em rede.</p>	x-x-x-x-x
5	Cafeteira expresso automática	<p>MODOS DE PREPAROS</p> <p>- A máquina deve ser capaz de preparar pelo menos 20 bebidas diferentes entre cafés puros e receitas com leite, incluindo expresso, café, cappuccino, latte macchiato, ristretto, americano, café au lait, flat white, além de opções geladas como iced coffee e iced latte;</p> <p>- Modo de extração: necessita de sistema superautomático de um toque, realizando moagem, dosagem, compactação, extração e descarte de resíduos sem intervenção manual;</p> <p>- Bebidas simultâneas: deve permitir preparar pelo menos duas xícaras de café simultaneamente e ter opção de servir água quente separada para chás ou outras infusões.</p> <p>SISTEMA DE MOAGEM E DESEMPENHO</p> <p>- Moedor embutido: moedor de grãos 100 % cerâmico, com 12 níveis de ajuste de moagem para adequar a granulometria às diferentes bebidas;</p> <p>- Moedores cerâmicos garantem maior durabilidade e preservam o aroma por mais tempo, sendo projetados para pelo menos 20 000 xícaras;</p> <p>- Ajustes de intensidade e temperatura: permitir cinco níveis de intensidade de aroma e três níveis de temperatura. Deve contar com função extra shot para adicionar um segundo expresso, intensificando o sabor sem adicionar amargor.</p> <p>- Pressão de bomba: bomba com pressão mínima de 15 bar para garantir crema consistente.</p> <p>SISTEMA DE LEITE E BEBIDAS GELADAS</p> <p>- Módulo de leite integrado: deve ter um sistema ciclônico de leite que mistura ar e leite a alta velocidade, produzindo espuma lisa e cremosa. O sistema precisa ser composto de no máximo duas peças, sem mangueiras internas, e permitir limpeza rápida em menos de 10 segundos com enxágue em água corrente;</p> <p>- Capacidade da jarra: jarra de leite com capacidade mínima de 0,26 litro e compatibilidade com diferentes tipos de leite, inclusive alternativas vegetais;</p> <p>- Bebidas geladas: presença de programa dedicado para bebidas frias (over-ice), com calibragem para manter sabor e aroma em receitas geladas.</p> <p>PERSONALIZAÇÃO E INTERFACE</p> <p>- Perfis de usuário: a máquina deve permitir gravar pelo menos quatro perfis de usuário, além de um perfil de convidado, memorizando preferências de aroma, volume, temperatura e proporção de leite;</p> <p>- Display touchscreen: interface TFT colorida com menu intuitivo, ícones gráficos e navegação que permite selecionar bebidas, ajustar parâmetros e visualizar status de preparo. Deve dispor de modo QuickStart, permitindo iniciar preparo imediato sem esperar aquecimento completo;</p> <p>- Silenciamento: tecnologia de redução de ruído (SilentBrew ou equivalente) para diminuição de ruído em até 40 %;</p> <p>CAPACIDADE DE RESERVATÓRIOS</p> <p>- Reservatório de água: capacidade mínima de 1,8 litro, com acesso frontal e compatibilidade com filtro para reduzir calcificação;</p> <p>- Depósito de grãos: recipiente com capacidade mínima de 275 g e tampo hermético com selo de aroma;</p> <p>- Coletor de resíduos: gaveta capaz de armazenar pelo menos 12 porções de borras, com acesso frontal;</p> <p>- Ajuste de altura do bico: bico de saída regulável entre 85 mm e 145 mm para acomodar xícaras, canecas e copos de viagem;</p> <p>LIMPEZA E MANUTENÇÃO</p> <p>- Filtro AquaClean ou equivalente: compatibilidade com filtro de água que permita preparar até 5 000 xícaras sem necessidade de descalcificação;</p> <p>- Grupo de preparo removível: componente interno removível para limpeza periódica e maior durabilidade;</p> <p>- Programas automáticos: ciclos automáticos de enxágue e descalcificação, com avisos no display quando a manutenção for necessária;</p> <p>DESEMPENHO E SEGURANÇA</p> <p>- Potência e voltagem: potência mínima de 1 500 W e compatibilidade com rede elétrica 220 V; cabo de alimentação com comprimento mínimo de 1 m;</p>	

		- Eficiência energética: recurso de economia (modo ECO) para reduzir consumo quando inativa; - Garantia: garantia mínima de 2 anos contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Brasil; ACESSÓRIOS E ITENS INCLUSOS - Inclusão de medidor (copo) para café em pó, tira para teste de dureza da água, filtro AquaClean e tubo de graxa para manutenção, além de tampa para armazenar a jarra de leite;	
--	--	---	--

- 4.4. **Requisitos temporais:**
- 4.4.1. Os materiais e equipamentos contratados deverão ser entregues à Instituição no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a emissão da ordem de fornecimento ou nota de empenho, podendo prazos menores ser negociados e valorizados no julgamento.
- 4.5. **Requisitos de Manutenção:**
- 4.5.1. A garantia deverá ser integral e on-site para todos os equipamentos, periféricos e componentes, contada a partir do Termo de Recebimento Definitivo, com duração mínima de 12 (doze) meses.
- 4.5.2. O suporte técnico deverá ser prestado em língua portuguesa por meio de canais telefônicos (incluindo número 0800), e-mail e portal de chamados, em dias úteis (segunda a sexta-feira), com tempos máximos de resposta definidos em contrato.
- 4.5.3. Todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE deverão ser registradas pela contratada em sistema informatizado para acompanhamento e controle, com número de protocolo e indicadores de desempenho (SLA) para monitoramento.
- 4.6. **Requisitos de Segurança:**
- 4.6.1. A contratada será responsável por sua equipe técnica, devendo garantir qualidade, desempenho, eficiência e produtividade durante toda a execução do contrato, sujeitando-se a penalidades em caso de descumprimento de prazos, indicadores ou condições pactuadas.
- 4.6.2. A contratada responderá por quaisquer perdas ou danos ocasionados por ação ou omissão própria ou de seus profissionais.
- 4.6.3. A contratada deverá assegurar que seus profissionais conheçam e cumpram as normas de Segurança da Informação da SEAP/RN e do DIPEN.
- 4.6.4. A contratada deverá manter sigilo sobre todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução do contrato, garantindo a inviolabilidade e a confidencialidade exigidas por lei.
- 4.6.5. Produtos que apresentarem defeitos deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias após notificação.
- 4.6.6. As empresas vencedoras deverão entregar os manuais de operação e manutenção de cada item, quando cabíveis, e apresentar amostras para avaliação quando solicitado; tais amostras não integrarão o quantitativo total a ser fornecido e poderão ser desmontadas para análise técnica.
- 4.6.7. Após o julgamento, inexistindo divergências nas amostras, os itens serão aprovados; em caso de divergências, será convocada a próxima empresa classificada. As amostras aprovadas ou recusadas deverão ser recolhidas pela licitante no prazo estipulado, ficando a Administração isenta de qualquer responsabilidade sobre seu descarte.

Sustentabilidade:

- 4.7. A adoção de uma política de contratações públicas sustentáveis vem sendo construído no Brasil, no que concerne à consecução prática do art. 225 da Constituição Federal, sendo como uma das ferramentas adotadas pela AGU, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNCS).
- 4.8. Nesse sentido, como forma de comprar produtos e usá-los com menor impacto negativo, minimizando a poluição ou agressão exagerada ao meio ambiente, a Contratada deverá apresentar juntamente com a proposta, cópia(s) de certificação(ões) emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por outro meio de prova equivalente que durante a produção e acondicionamento dos bens fornecidos, foram cumpridas as exigências de sustentabilidade.
- 4.9. Devem ser atendidos os requisitos estipulados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª Ed.
- 4.10. A empresa CONTRATADA é obrigada a comprovar o atendimento à Lei nº 12.305/2010, referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos, que determina que as empresas que comercializam produtos eletroeletrônicos, pilhas e baterias, devem implantar um sistema de logística reversa independentemente do serviço público municipal de limpeza urbana, para a destinação final ambientalmente adequada do objeto.

Da subcontratação:

- 4.11. Não será permitida a subcontratação, considerando as características do objeto ou serviço, cujo os materiais são comumente comercializados no mercado, sem características peculiares de complexidade de execução contratual, e tais motivos infere-se um dimensionamento e características do objeto compatíveis para que os licitantes (isolados) possam participar e atender às exigências estabelecidas para a prestação do serviço. Portanto, conclui-se que as empresas do ramo especializado poderão deter as condições necessárias, inclusive de capacitação e aptidão técnica para executar satisfatoriamente o objeto.

Garantia da contratação:

- 4.12. Conforme a Lei nº 14.133/2021, a garantia de execução contratual pode ser solicitada para o vencedor da licitação, pois traz segurança ao contrato de que o contratado é capaz de cumprir as obrigações assumidas. A garantia não poderá ser maior que 5% do valor do contrato, exceto quando se tratar de fornecimentos, obras e serviços de grande vulto, alta complexidade técnica e altos riscos financeiros, nesses casos, a garantia pode atingir até 10% do valor contratado.
- 4.13. A garantia contratual na licitação é obrigatória sempre que a autoridade competente entender que assim é necessário, vejamos o Art. 96, da Lei nº 14.133/2021:
- Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.
- 4.14. Desse modo, entende-se como não sendo necessária a exigência dessa garantia, uma vez que a aquisição dos itens se dará de pronta entrega e de forma imediata em remessa única.

Consórcio:

- 4.15. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, por fornecimento do objeto da presente licitação ser de natureza comum, não exigindo elevada especialização técnica e/ou das empresas licitantes. Ademais, a permissão de participação de empresas em consórcio poderia limitar a concorrência devido à diminuição do número de empresas participantes, uma vez que algumas delas estariam compondo um mesmo consórcio.

5. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

- 5.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Rio Grande do Norte – SEAP/RN, estando em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico (2024–2032) e com os instrumentos de planejamento administrativo vigentes.
- 5.2. No que se refere ao Plano de Contratações Anual – PCA, registra-se que a demanda em questão decorre diretamente da execução do Convênio nº 936738/2022, firmado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, cujo Plano de Trabalho foi devidamente aprovado e atualizado, contemplando a aquisição dos equipamentos ora pretendidos.
- 5.3. Dessa forma, a contratação pretendida guarda compatibilidade com o planejamento global da Administração, ainda que não esteja individualmente destacada sob rubrica específica no Plano de Contratações Anual, uma vez que:
- 5.3.1. Está vinculada a instrumento formal de planejamento previamente aprovado (Plano de Trabalho do Convênio);
- 5.3.2. Atende a ação estratégica institucional voltada ao fortalecimento da atividade de inteligência penitenciária;
- 5.3.3. Possui previsão orçamentária específica, oriunda de recursos vinculados ao convênio;
- 5.3.4. Encontra-se devidamente justificada nos instrumentos de planejamento da contratação (DFD e ETP).

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 6.1. São obrigações do órgão contratante, além daquelas dispostas em lei e neste Termo de Referência:
- a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações decorrentes do contrato;
- b) Promover as obrigações dentro do prazo estipulado para tal.
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, comunicando à contratada as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas.
- d) Proceder à publicação do extrato de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Condições de Entrega:

- 7.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias, contados do(a) assinatura do contrato, em remessa única. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Centro Administrativo - Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901 (das 8h às 14h) - Unidade Instrumental de Administração Geral UIAG.

Garantia, manutenção e assistência técnica:

- 7.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 7.3. A garantia deverá ser on-site, integral, para todos equipamentos, periféricos e componentes, será contada a partir do Termo de Recebimento Definitivo, devendo ser prestada através da rede autorizada do fabricante. O tempo de garantia mínimo será de 12 (doze) meses.
- 7.4. Os serviços de suporte técnico serão solicitados mediante a abertura de chamados a serem efetuados por servidores da pasta contratante, via chamada telefônica local, a cobrar ou 0800, e-mail, website ou chat do fabricante ou à empresa autorizada, em qualquer caso em português, em horário comercial em dias úteis (segunda-feira à sexta-feira).
- 7.5. Todas as solicitações feitas pelo CONTRATANTE deverão ser registradas pela CONTRATADA em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços, com acompanhamento da prestação de serviço através de um número de protocolo fornecido pela CONTRATADA, no momento da abertura da solicitação.

Do Prazo de Entrega, Suporte Técnico e Fiscalização:

- 7.6. O contratado deverá entregar os bens no prazo estipulado no cronograma, sob pena de multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, limitada a 30%, sem

prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

- 7.7. O suporte técnico deverá ser prestado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas da solicitação formal da contratante.
- 7.8. A fiscalização será exercida por agente ou comissão designada, que verificará o atendimento às especificações técnicas por meio de inspeção física, conferência documental, testes operacionais e análise de conformidade com manuais e garantias.
- 7.9. O não atendimento às exigências técnicas ensejará notificação formal ao contratado, com prazo de até 5 (cinco) dias úteis para manifestação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- Dos Prazos de Resposta e Solução:**
- 7.10. O contratado deverá responder às solicitações em até 24 (vinte e quatro) horas úteis e solucionar os problemas em até 72 (setenta e duas) horas úteis.
- 7.11. O descumprimento ensejará multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, limitada a 10% do valor contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 7.12. O inadimplemento reiterado poderá acarretar rescisão unilateral, nos termos do art. 137, inciso I.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 8.7. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);
- 8.7.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);
- 8.7.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);
- 8.7.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.
- 8.8. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.
- 8.8.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

Dos Prazos para Respostas e Resolução dos Problemas:

- 8.9. O contratado deverá responder, formalmente, a qualquer notificação do Gestor ou Fiscal do Contrato no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, conforme o Art. 116, Parágrafos 1º e 2º;
- 8.10. Eventuais inconformidades, vícios ou defeitos nos bens fornecidos deverão ser solucionados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação expedida pela Administração;
- 8.11. Em situações emergenciais ou que comprometam a operacionalidade dos serviços públicos, o prazo para resposta será de 24 (vinte e quatro) horas.

Dos Indicadores de Desempenho:

- 8.12. Para fins de avaliação da execução contratual, serão observados os seguintes indicadores de desempenho, em consonância com o art. 141 da Lei nº 14.133/2021:
- a) Pontualidade na entrega dos bens - Percentual de entregas realizadas dentro do prazo estipulado: mínimo de 95%;
- b) Qualidade dos produtos fornecidos - Conformidade técnica e ausência de defeitos ou vícios: mínimo de 98%;
- c) Tempo médio de resposta às notificações - Atendimento em até 2 dias úteis: mínimo de 90%;
- d) Índice de solução de ocorrências - Percentual de problemas resolvidos no prazo estabelecido: mínimo de 92%.
- 8.13. O desempenho abaixo dos limites mínimos por 2 (duas) medições consecutivas ou 3 (três) intercaladas poderá ensejar advertência formal e, a depender da reincidência, aplicação de outras penalidades cabíveis.

Das Penalidades:

- 8.14. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará o contratado às penalidades previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da reparação por eventuais danos causados à Administração.
- 8.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

- 9.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- a) não produzir os resultados acordados,
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento:

- 9.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 50)
- a) O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 9.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- a) O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- b) A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- c) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis
- d) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 9.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- a) Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato.
- b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- d) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

- Liquidação:**
- 9.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 9.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 9.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 9.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 9.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 9.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

- Prazo de pagamento:**
- 9.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 9.18. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

- Forma de pagamento:**
- 9.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO:

- Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**
- 10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sendo essa a modalidade de licitação obrigatória, por se tratar de bem(ns)/serviço(s), os quais são caracterizados como comum(ns) objeto(s) desta contratação, visto que, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, acordante com o que determina o art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021, sob a forma ELETRÔNICA, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, o que vai garantir extrema segurança ao licitante em todas as suas fases, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, pois facilita a adequação técnica de cada item e amplia a competitividade, ao permitir que diferentes fornecedores concorram por equipamentos distintos. Além disso, assegura economia de recursos públicos, já que cada contratação é pautada na proposta mais vantajosa para o Estado, sem comprometer a qualidade.

- Das exigências de habilitação:**
- 10.2. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) *SICAF*;
 - b) *Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União* (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) *Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União* (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- 10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Da justificativa das exigências de habilitação:**
- 10.4. A habilitação jurídica é a comprovação da capacidade do licitante de assumir obrigações e exercer direitos. A documentação exigida para a habilitação jurídica deve demonstrar a existência jurídica da pessoa e, quando necessário, a autorização para exercer a atividade a ser contratada.
- 10.5. A qualificação econômico-financeira é um documento que demonstra a capacidade financeira de uma empresa para cumprir com os seus compromissos, tanto a curto quanto a longo prazo. A aquisição proposta, trata de uma prestação de serviço continuada, devendo a empresa possuir liquidez financeira, para garantir que possa executar as entregas dos bens e a execução dos serviços, considerando todas as especificações propostas.
- 10.6. A habilitação fiscal, social e trabalhista é comprovação da regularidade do licitante nessas áreas. Esses documentos são necessários para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação atendendo à legislação pertinente.
- 10.7. A exigência de comprovação de atestados de capacidade técnica visa assegurar que o licitante possui condições de cumprir as especificações do Termo de Referência e as obrigações contratuais, demonstrando a capacidade técnico-profissional conforme previsto no art. 67, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.8. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Habilitação jurídica:**
- 10.8.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.8.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.8.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.8.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).
- 10.8.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.8.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 10.8.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.8.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- Habilitação fiscal, social e trabalhista:**
- 10.8.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.8.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.8.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.8.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 10.8.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, se for o caso;

- 10.8.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.8.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

Qualificação econômico-financeira:

- 10.8.17. A exigência da qualificação econômico-financeira está fundamentada na [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69](#). Assim, vejamos:
- "Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:
- I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- (...)"
- 10.8.18. Pelo exposto, a qualificação econômico-financeira visa garantir que a empresa tenha condições financeiras suficientes para executar o contrato de forma segura, sem risco de inadimplência ou falência. A apresentação da documentação exigida permite que a administração pública verifique a solidez financeira do licitante, assegurando que a contratação será realizada com uma empresa que possua estabilidade financeira e capacidade para cumprir com as suas obrigações contratuais. Essa exigência é uma medida essencial para proteger o interesse público e garantir a boa execução do contrato, conforme as disposições da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 10.8.19. Para atender as exigências de que trata o art. 69 da lei 14.133 de 2021, a empresa deverá apresentar as seguintes documentações:
- 10.8.19.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 10.8.19.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69](#), caput, inciso II);
- 10.8.20. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 10.8.20.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 10.8.20.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 10.8.20.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 10.8.20.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 10.8.20.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 10.8.20.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 10.8.20.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Qualificação técnica:

- 10.8.21. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 10.8.22. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 10.8.23. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 10.8.24. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante realizado ou estar realizando .
- 10.8.25. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) atestados que expressamente certifique(m) que a empresa já forneceu no mínimo 01 (uma) unidade do(s) item(ns) ofertado(s) ou similar(res). Para os itens nos quais o percentual requerido apresente fração, considerar-se-á o número inteiro imediatamente superior.
- 10.8.26. A exigência pela apresentação de atestados técnicos no quantitativo descrito se faz necessária para resguardar a administração pública no sentido de garantir a execução do contrato e, consequentemente, atender às demandas da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Estado do Rio Grande do Norte. Vale ressaltar também que tal exigência não compromete a competitividade do certame.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- 11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 106.422,47 (cento e seis mil quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na do item 1.

Preferência me/ep/equiparadas

- 11.2. Esta licitação não é exclusiva, em que pese a Lei Complementar nº 675, de 06 de novembro de 2020, que institui o Estatuto da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais do Rio Grande do Norte, estabelece tratamento diferenciado e favorecido e dá outras providências, conforme aduz a Lei Complementar Estadual nº 675/2020.
- 11.3. Contudo, no Art. 45 da referida Lei, manifesta a opção para não aplicar determinada cota destinada exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados para as contratações dos bens e serviços, passamos a expor a seguinte justificativa:
- Art. 45. Não se aplica o disposto nos arts. 40 a 44, desta Lei Complementar, quando:
- (...)
- II - o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, desde que devidamente justificado;
- Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se não vantajosa a contratação quando:
- (...)
- II - resultar em inconveniência operacional e técnica para a futura contratação;
- (...)
- 11.4. Portanto, diante da manutenção, assistência técnica, especificações técnicas e de desempenho, como também, em razão de um único fornecedor gerar uma melhor gestão dos contratos, preservando a integridade qualitativa dos itens objeto dessa licitação, delibera-se pela não utilização da cota reservada a micro e pequenas empresas no processo licitatório, conservando a padronização, em virtude de ser a mais adequada, eficiente e eficaz, demonstrando ser técnica e economicamente viável, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 12.1. De acordo com o Plano Orçamento Anual, está previsto na proposta orçamentária para o exercício de 2026, conta o valor Orçamentário e Financeiro à conta da dotação abaixo discriminada:
- a) De acordo com o Plano Orçamento Anual, está previsto na proposta orçamentária para o exercício de 2026, conforme Mensagem do Projeto de Lei Anual (LOA) de nº 12.645/2026, de 23 de janeiro de 2026, conta o valor Orçamentário e Financeiro, à conta da dotação abaixo discriminada.
- b) Projeto de atividade: 34.132 - Fundo Penitenciário - FUNPERN - 14 - Direito da cidadania - .421- Custódia e reintegração social - 0017 - Segurança Pública, proteção e defesa civil - Subação 300501 - Aparelhamento e reaparelhamento de Unidades penais.
- c) Elemento de Despesa: 44.90.52 - Equipamentos e material permanente - Subelementos - 44.90.52.35 - Equipamentos de informática e processamentos de dados - 44.90.52.22 - Equipamentos de manobra e patrulhamento - 44.90.52.34 - Máquinas, Utensílios e equipamentos diversos.
- d) Fonte de Recurso: 0.7.00.936738 - Recursos do Convênio SICONV Nº 936738/2022/DIRPP/DEPEN, Valor: RS 114.687,37.

13. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

- 13.1. Larissa dos Reis Dias, Policial Penal, Matrícula: 222.469-0.
- 13.2. Maria Luiza Filgueira Targino, Policial Penal, Matrícula 228.026-4.

Natal/RN, data da assinatura eletrônica.

Referência: Processo nº 06010035.003854/2025-83	SEI nº 41191825
---	-----------------

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 06010035.003854/2025-83

14. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

- 14.0.1. A presente demanda tem como finalidade viabilizar a continuidade do processo de modernização do Departamento de Inteligência Penitenciária (DIPEN/SEAP), em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico da SEAP/RN (2024-2032) e com a execução do Convênio nº 936738/2022, celebrado entre o DEPEN/MJSP e o Estado do Rio Grande do

Norte.

14.0.2. O diagnóstico institucional aponta fragilidades históricas na infraestrutura tecnológica, na disponibilidade de equipamentos e no suporte às atividades de inteligência penitenciária. Tais fragilidades comprometem a capacidade de coleta, análise e disseminação de informações estratégicas, essenciais à prevenção e ao enfrentamento da criminalidade organizada que atua “intra” e “extra” muros do sistema prisional.

14.0.3. A utilização do saldo remanescente do convênio, devidamente autorizada, permitirá minimizar as lacunas ainda existentes na estrutura mínima do DIPEN, com a aquisição de soluções modernas, integradas e escaláveis. O objetivo é aprimorar a qualidade da produção de conhecimento estratégico e fortalecer a atuação do setor como núcleo de apoio e subsídio às decisões da autoridade máxima da Secretaria.

14.0.4. Essa reestruturação atende também ao princípio da eficiência administrativa e está alinhada ao eixo de Governança e Gestão de Riscos previsto no planejamento estratégico, reforçando a capacidade do DIPEN em antecipar ameaças, subsidiar operações e cooperar com demais órgãos de segurança pública.

15. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

15.0.1. Para atender às demandas e atividades pertinentes aos serviços de Inteligência Penitenciária de forma segura e eficiente, é indispensável estabelecer especificações e certificações mínimas para os equipamentos e serviços a serem adquiridos. As especificações deverão seguir os parâmetros do plano de trabalho vinculado ao Convênio nº 9367/38/2022 e às diretrizes do Plano Estratégico da SEAP/RN, garantindo confiabilidade, interoperabilidade e adequação ao ambiente operacional do DIPEN.

15.0.2. Eventuais menções a marcas ou modelos neste documento possuem caráter **meramente referencial**, com o objetivo de facilitar a descrição técnica do objeto, nos termos da Súmula TCU nº 270 e dos arts. 41 e 42 da Lei 14.133/2021. Será admitido o fornecimento de produtos **equivalentes ou de qualidade superior**, desde que atendam integralmente às especificações e desempenhos mínimos exigidos, deixando evidente que não há restrição à competitividade por parte da administração.

15.0.3. Com isso, segue planilha proposta após vasta pesquisa de mercado e contratos já realizados da área de atuação mencionada no projeto:

Item	Descrição	Especificação Mínima	Marca/Modelo Sugerido
01	Desktop de alta performance	<p>Processador x86-64 de última geração, com no mínimo 24 núcleos físicos (8 de desempenho e 16 de eficiência) e 32 threads, operando em frequência turbo mínima de 6,2 GHz nos núcleos de desempenho. Deve possuir cache L3 de pelo menos 36 MB e cache total (L2+L3) de, no mínimo, 65 MB. Compatível nativamente com memórias DDR5 em frequência mínima de 5600 MHz sem necessidade de overlock e com suporte a instruções avançadas (AVX2 e AVX-512/AVX10). O processador deve apresentar TDP base de 125 W e potência máxima turbo igual ou superior a 250 W, além de ser fabricado em litografia de 7 nm ou mais avançada;</p> <p>Placa-mãe padrão ATX equipada com chipset Intel série Z790 de última geração, com VRM de no mínimo 20 fases de 90 A cada (ou superior), acompanhados de dissipadores em alumínio de alto desempenho. Deve possuir quatro slots DDR5, suportando até 192 GB DDR5-5600 em dual-channel. Deve incluir pelo menos um slot PCIe 5.0 x16 reforçado em aço para GPU dedicada e três ou mais slots M.2, sendo ao menos um compatível com PCIe 5.0 x4 e os demais PCIe 4.0 x4, todos com dissipadores térmicos dedicados. A interface de rede integrada deve oferecer LAN 2,5 GbE. Exige no mínimo duas portas USB-C 20 Gb/s (uma traseira e uma frontal), além de múltiplas portas USB-A 10 Gb/s. Deve dispor de conector 12VHPWR nativo para GPU e compatibilidade com placas de cabeamento traseiro (padrão BTF/Project Zero ou equivalente), permitindo instalação limpa sem cabos frontais. A BIOS/UEFI deve oferecer Secure Boot e suporte a overlock de CPU e memória.</p> <p>Memória DDR5 com capacidade total de 128 GB, composta obrigatoriamente por quatro módulos idênticos de 32 GB cada. Cada módulo deve operar em frequência mínima efetiva de 5600 MT/s (DDR5-5600), com latência CAS máxima de CL36, compatível com perfis JEDEC e Intel XMP 3.0. Deve possuir ECC on-die integrado para correção interna de erros de célula e dissipador de calor em alumínio contínuo de perfil baixo, garantindo estabilidade térmica mesmo em uso intensivo. Os módulos devem ser oficialmente compatíveis com plataformas Intel Z790/LGA1700, operando em dual-channel pleno..</p> <p>Sistema de refrigeração líquida AIO selado para CPU, equipado com radiador em alumínio de 360 mm (comprimento ≥ 395 mm, largura 120 mm, espessura ≥ 27 mm). Deve contar com bomba de oitava geração ou superior, com controle PWM, projetada para operação contínua 24×7, base em cobre niquelado com microcanais de alta densidade e tubos emborrachados de baixa permeabilidade, revestidos em nylon trançado. Inclui três ventoinhas de 120 mm PWM, cada uma com fluxo de ar mínimo de 75 CFM, pressão estática ≥ 2,6 mm-H2O, nível de ruído ≤ 37 dBA e rolamento magnético ou equivalente de alta durabilidade. Deve oferecer suporte nativo a iluminação ARGB endereçável tanto na bomba quanto nas ventoinhas, ser compatível com socket Intel LGA-1700 e possuir cabeamento totalmente selado, dispensando manutenção periódica. Deve contar com software de monitoramento oficial do fabricante para controle de desempenho e iluminação.</p> <p>Placa de vídeo dedicada de última geração, baseada em arquitetura compatível com NVIDIA CUDA compute capability ≥ 8.9, equipada com no mínimo 16 GB de memória GDDR6X em barramento ≥ 256 bits e largura de banda efetiva mínima de 750 GB/s. Deve contar com núcleos dedicados de Ray Tracing (RT Cores 4ª geração ou superior) e Tensor Cores (4ª geração ou superior) para aceleração de inteligência artificial, além de oferecer capacidade de processamento mínima de 45 TFLOPS em FP32 e clock boost ≥ 2,5 GHz. Deve suportar APIs modernas (DirectX 12 Ultimate, OpenGL 4.6, Vulkan 1.3). O consumo máximo da placa (TGP) deve ser de até 350 W, com conector 12VHPWR de 16 pinos nativo e certificação PCIe 5.0. As dimensões físicas não devem ultrapassar 340 mm de comprimento, 140 mm de altura e até 4 slots de espessura. O sistema de refrigeração deve ser ativo, com pelo menos três ventoinhas de 90 mm ou maiores, heatpipes em cobre niquelado, dissipador em alumínio de alta densidade e backplate metálico. A placa deve possuir no mínimo quatro saídas digitais (3× DisplayPort 1.4a e 1× HDMI 2.1a), suportando resoluções de até 8K@60Hz e múltiplos monitores simultâneos (mínimo 4×4K).</p> <p>Dispositivo de armazenamento para o Sistema Operacional: SSD NVMe PCIe 4.0 x4 de 1 TB, compatível com o padrão NVMe 1.4. Deve alcançar velocidades sequenciais mínimas de 7.000 MB/s em leitura e 6.000 MB/s em gravação sustentada, sem degradação abrupta em operações prolongadas. Deve utilizar memória NAND 3D TLC obrigatória, com cache DRAM dedicada de baixa latência. Exige resistência mínima de 1.400 TBW, MTBF ≥ 1,5 milhão de horas e suporte a operação contínua 24×7. Deve possuir dissipador de calor em alumínio integrado ou compatível com os dissipadores nativos da placa-mãe. Requer suporte a criptografia AES 256-bit, TRIM, S.M.A.R.T. e tecnologias de correção de erros LDPC/ECC.</p> <p>Dispositivo de armazenamento para massa de dados:SSD NVMe PCIe 4.0 x4 de 2 TB, formato M.2 2280, compatível com o padrão NVMe 1.4. Deve oferecer velocidade sequencial mínima de 7.100 MB/s em leitura e 6.800 MB/s em gravação sustentada, sem degradação abrupta em cargas prolongadas. Deve utilizar memória NAND 3D TLC obrigatória, com cache DRAM dedicada de baixa latência. Deve possuir resistência mínima de 1.400 TBW, MTBF ≥ 1,7 milhão de horas e suportar operação contínua 24×7. Requer dissipador de calor em alumínio integrado de alta eficiência, compatível com os dissipadores da placa-mãe, garantindo operação dentro da faixa térmica (0 °C a 70 °C). Deve possuir suporte a criptografia AES 256-bit, TRIM, S.M.A.R.T., DEVSLP, LDPC/ECC e proteção contra choques de até 1.500 G.</p> <p>Dispositivo de Armazenamento Para Evidências Quentes: SSD NVMe PCIe 4.0 x4 de 4 TB, compatível com o padrão NVMe 1.4. Deve oferecer velocidade sequencial mínima de 7.000 MB/s em leitura e 6.000 MB/s em gravação sustentada, sem degradação em cargas contínuas de alta intensidade. Obrigatoriamente equipado com memória NAND 3D TLC e cache DRAM dedicada de baixa latência. Deve possuir resistência mínima de 3.000 TBW, MTBF ≥ 1,7 milhão de horas e DWPD ≥ 0,5 durante o período de garantia, suportando operação contínua 24×7 sem degradação de desempenho. Deve incluir dissipador térmico em alumínio de alta eficiência com heatspreader otimizado. Precisa oferecer suporte a S.M.A.R.T., TRIM, LDPC/ECC, DEVSLP e criptografia AES 256-bit, além de proteção contra choque ≥ 1.500 G.</p> <p>Dispositivo de Armazenamento para Backup de Dados: Sistema de armazenamento composto por 2 unidades idênticas de HDD de 8 TB cada, interface SATA III (6 Gb/s), projetadas para operação contínua em regime 24×7. Cada unidade deve ter velocidade de rotação mínima de 5400 rpm (aceitando superiores como 7200 rpm), cache ≥ 256 MB, MTBF ≥ 1,0 milhão de horas e carga de trabalho anual mínima de 180 TB/ano. Os discos devem incluir sensores de vibração rotacional (RV sensor) e firmware otimizado para uso em arranjos RAID (com suporte a TLER/ERC), além de níveis de ruído em operação ≤ 30 dBA. O conjunto deve ser entregue pré-configurado em RAID1 (espelhamento), acompanhado de relatório de saúde SMART de cada unidade.</p> <p>Gabinete tipo Mid Tower ATX, compatível com placas-mãe padrão ATX e cabeamento traseiro (padrão BTF/Project Zero). Deve possuir dimensões externas aproximadas de 235 mm (L) × 495 mm (A) × 469 mm (P) ou superiores, permitindo instalação sem restrições da placa-mãe especificada, da GPU de até 400 mm de comprimento e até 4 slots de espessura, da fonte ATX de até 200 mm de comprimento e do radiador de 360 mm (instalável no topo ou frontal). Deve incluir no mínimo 4 ventoinhas ARGB de 140 mm (3 frontais e 1 traseira) pré-instaladas, compatíveis com splitter ARGB 5 V. Deve possuir painel lateral em vidro temperado, estrutura em aço SPCC ≥ 0,8 mm e filtros de poeira removíveis em todas as entradas (frontal, superior, inferior e traseira). Deve oferecer no mínimo 2 baias 2,5” e 2 baias 3,5” internas.</p> <p>Fonte de alimentação padrão ATX 3.0, potência nominal de 1.000 W reais em carga contínua a 50 °C ambiente, certificação de eficiência mínima 80 Plus Platinum (≥ 92 % @ 50 % de carga em 230 V). Deve ser compatível com o padrão PCIe 5.0 e fornecer linha única de +12 V com capacidade ≥ 996 W. Deve possuir conector nativo 12VHPWR de 16 pinos (600 W) e incluir cabos 100 % modulares, contemplando no mínimo: 3× PCIe 8 pinos, 2× EPS 8 pinos, 6× SATA, 3× Molex, além do 12VHPWR. A ventoinha deve ser de rolamento dinâmico fluido (FDB) ou equivalente, com controle PWM e modo silencioso. Deve incluir proteções completas (OPP, OVP, UVP, SCP, OTP, OCP) e atender normas internacionais de segurança (CE, UL, FCC, RoHS). Ripple e ruído máximo permitido ≤ 30 mV nas linhas principais.</p>	X-X-X-X-X
2	Dispositivo de proteção de energia (UPS)	Nobreak on-line dupla conversão (VFI-SS-111 conforme IEC 62040-3), com as seguintes características mínimas: Potência de 3 000 VA / 2 100 W reais, fator de potência ≥ 0,7; Tempo de transferência zero (0 ms), garantindo funcionamento contínuo; Autonomia mínima de 10 minutos em 60 % de carga (com possibilidade de expansão via banco de baterias); Saída em onda senoidal pura 220 V, com distorção harmônica total (THD) ≤ 3 %; Tensão de entrada bifásica 220 V com ampla faixa de operação; Inclui porta USB e/ou SNMP para gerenciamento remoto e shutdown automático; Deve possuir by-pass automático e by-pass manual de manutenção; Deve possuir proteções contra subtensão, sobretensão, sobrecarga, curto-circuito e temperatura; Ventilação forçada inteligente com alarme sonoro; Conformidade com normas IEC 62040 / ABNT NBR 15014; Garantia mínima de 2 anos.	X-X-X-X-X
		<p>REQUISITOS DE DESEMPENHO DE VOO</p> <p>- Tempo de voo prolongado: a aeronave deve oferecer autonomia mínima de 49 minutos em voo contínuo para missões de mapeamento, permitindo operações de grande porte com menos trocas de bateria;</p> <p>- Velocidade horizontal elevada: capacidade de deslocamento de pelo menos 21 m/s (≈ 46,9 km/h) para possibilitar levantamentos rápidos e cobrir áreas extensas;</p> <p>- Distância máxima de operação: alcance de 25 km (ou maior) para a transmissão de dados e vídeo, com sistema de antenas de alta potência e download de 20 MB/s;</p> <p>- Resistência ao vento: manter estabilidade e segurança em ventos de 12 m/s;</p> <p>- Decolagem rápida: sistema de preparação e calibração automática que permita decolagem em até 15 segundos, agilizando resposta em missões de emergência;</p> <p>- Altitude e distância de voo: capacidade de operar em altitude máxima de 6 000 m e cobrir mais de 35 km por voo, conforme parâmetros típicos de drones de classe profissional;</p> <p>SISTEMA DE NAVEGAÇÃO E POSICIONAMENTO</p> <p>- GNSS multi-constelação com RTK integrado: suporte a GPS, Galileo, BeiDou e GLONASS com módulo RTK incorporado para precisão centimétrica. A precisão do posicionamento deve ser de 1 cm + 1 ppm (horizontal) e 1,5 cm + 1 ppm (vertical), sem necessidade de acessórios adicionais. O módulo RTK deve trabalhar de forma integrada ao sistema de visão para atualizar o ponto de retorno automaticamente e permitir voo seguro mesmo com perda de sinal GNSS;</p> <p>- Posicionamento visual omnidirecional: a aeronave deve possuir sensores de visão de baixa luminosidade em todas as direções (frente, trás, laterais e inferior), complementados por sensor infravermelho, para detecção de obstáculos em alcance mínimo de 0,4 m a 200 m. Em operações noturnas, os sensores devem garantir posicionamento preciso e retorno seguro;</p> <p>- Capacidade de voo em ambientes com interferência: o sistema de fusão GNSS + visão deve permitir decolagem em áreas urbanas e retorno ao ponto de origem mesmo sem sinal GNSS, atualizando o ponto de casa durante o voo;</p> <p>CONJUNTO ÓPTICO E SENSORES</p> <p><u>Câmeras integradas</u></p>	

3	Drone profissional com IA e mapeamento de precisão	<ul style="list-style-type: none">- O payload deve ser composto por módulos multissensores integrados capazes de capturar imagens em alta resolução para ortofotos, fotos oblíquas, inspeções e modelagem 3D. Requisitos mínimos:- Câmera grande angular com obturador mecânico: sensor CMOS de 4/3 pol (ou superior) com resolução de 20 MP, abertura variável e obturador mecânico para eliminação de efeitos de “rolling shutter”. O obturador deve operar entre 2-1/2000 s. Esta câmera deve permitir captura em intervalos mínimos de 0,5 s para levantamentos de alta eficiência;- Câmeras telefoto: incluir pelo menos dois sensores CMOS de 1/1,3 pol e 1/1,5 pol (ou superiores) com 48 MP cada, oferecendo zoom óptico de 16 × e zoom híbrido de até 112 ×, possibilitando inspeções de detalhes como fissuras ou placas a centenas de metros. O sistema deve garantir estabilização avançada para imagens nítidas mesmo em ampliação;- Alto desempenho em baixa luminosidade: as câmeras devem suportar sensibilidade de 0,5 lux ou menos, oferecer modo noturno com visão em cores e possuir filtro IR/nIR para missões de busca e salvamento. Sensores de baixa luminosidade omnidirecionais devem auxiliar na navegação segura em ambientes escuros; <p>LASER RANGEFINDER E MEDIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">- Telemetro laser integrado: alcance de medição de pelo menos 1 800 m, com zona cega de 1 m e precisão de ± (0,2 m + 0,0015 × D), onde D é a distância medida. O elemento deve permitir marcação de pontos e auxiliar em funções de FlyTo e medição de objetos ou áreas durante voos. <p>INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTOMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">- Detecção automática de alvos: algoritmo integrado capaz de identificar pessoas, veículos, embarcações e outros alvos, com possibilidade de treinamento de modelos personalizados. Funções como Smart Track, Cruise, FlyTo e POI (ponto de interesse) devem ser suportadas, ajustando automaticamente o zoom e a trajetória de voo;- Capacidade de captura oblíqua multi-direcional: o gimbal deve realizar captura oblíqua em cinco direções para aumentar a eficiência de mapeamento em até 40 % e captura ortofoto em três direções cobrindo até 2,8 km² por voo;- Smart 3D Capture: geração automática de modelos 3D preliminares diretamente no controlador remoto, definindo rotas de mapeamento e verificando a qualidade dos dados em tempo real;- Correção de distorção avançada: utilização de algoritmos de Distortion Correction 2.0 calibrados de fábrica, com distorção residual inferior a 2 pixels para produção de ortomosaicos de alta precisão; <p>SISTEMA DE TRANSMISSÃO E CONTROLE</p> <ul style="list-style-type: none">- Transmissão O4 Enterprise ou equivalente: sistema de comunicação de múltiplas antenas (≥ 8) com alcance mínimo de 25 km, taxa de download de 20 MB/s e latência inferior a 130 ms. Deve suportar resistência a interferências GNSS e dispor de redundância de banda dupla (2,4/5,8 GHz) e conectividade 4G opcional para ambientes urbanos;- Controlador remoto profissional: unidade com tela touchscreen de 7 pol (1920 × 1200 px) e brilho mínimo de 1 400 nits para visualização sob luz solar. Classificação IP54 de proteção contra poeira e água, operando entre –20 °C e +50 °C. Bateria integrada com duração de ≈ 3,8 h, com possibilidade de bateria externa para ampliar o tempo operacional. Deve oferecer antena de alto ganho, suporte a multi-toque (≥ 10 toques) e conexão para dongle 4G/5G, Wi-Fi 6 e Bluetooth 5.2, garantindo comunicação estável;- Compatibilidade com estação D-RTK: o sistema deve ser compatível com estação D-RTK de múltiplas funções (modo base, rover e repetidor) para correções centimétricas e ampliação do alcance de comunicação; <p>BATERIAS E ENERGIA</p> <ul style="list-style-type: none">- Tipo de bateria: baterias inteligentes recarregáveis de íon-lítio 4S, com capacidade mínima de 6 741 mAh, energia de 99,5 Wh e peso aproximado de 400 g;- Tensão e potência: voltagem nominal em torno de 14,76 V, com tensão máxima de carga de 17 V e taxa de descarga contínua de 4C;- Ciclo de vida: garantia de pelo menos 200 ciclos com manutenção da capacidade residual acima de 70 %;- Sistema de aquecimento/monitoramento: as baterias devem possuir aquecimento automático para operações em temperaturas baixas e monitoramento de células para evitar sobrecarga e subtensão; <p>SEGURANÇA E SENSORES DE NAVEGAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">- Sistema omnidirecional de detecção e evasão: sensores visuais e infravermelhos de alta definição em todos os lados, permitindo detecção de obstáculos entre 0,4 m e 200 m e funcionamento em baixa luminosidade. O sistema deve trabalhar em conjunto com algoritmos de inteligência artificial para prever e desviar de obstáculos mesmo em velocidade máxima;- Resistência a ambientes complexos: suporte a condições de baixa luz, fumaça ou poeira, com modos de estabilização eletrônica de imagem (dehazing) e filtros de redução de ruído;- Funções de retorno inteligente: retorno automático ao ponto de partida em caso de bateria baixa ou perda de sinal, com definição dinâmica do ponto de retorno utilizando fusão GNSS + visão; <p>RECURSOS ADICIONAIS E ACESSÓRIOS COMPATIVÉIS</p> <ul style="list-style-type: none">- Sistema de iluminação e áudio: compatibilidade com holofote gimbalizado que alcance pelo menos 100 m com modos contínuo e estroboscópio, e alto-falante de alta potência capaz de transmitir mensagens em tempo real a até 300 m, com suporte a gravações e conversão de texto em voz;- Software de missão: suporte a aplicativos profissionais para planejamento de missões, mapeamento 2D/3D e pós-processamento, como softwares equivalentes aos programas DJI Pilot 2, DJI Terra e DJI Modify. Deve permitir geração de relatórios de qualidade após o voo, indicando status do RTK e parâmetros de captura;- Modo de cruzeiro e FlyTo: possibilidade de definir velocidade e direção constantes sem atuação contínua do piloto e de selecionar um ponto no mapa ou com o telemetro para que a aeronave ajuste automaticamente sua rota e velocidade;- Case rígido para transporte;- Kit de hélices de baixo ruído- Compatibilidade com controles adicionais: possibilidade de integração com sistemas de gestão de frota e operação remota via plataforma de nuvem, incluindo transmissão ao vivo e controle de múltiplas aeronaves.	X-X-X-X-X
4	Lousa/monitor/tela interativa (85” a 89”)	<p>ESTRUTURA DO DISPLAY</p> <ul style="list-style-type: none">- Dimensões da tela: o display deverá ter tamanho mínimo de 85 polegadas, medido diagonalmente, com formato widescreen 16:9. A especificação de tamanho igual ou superior a 85” baseia-se em equipamentos que oferecem área útil suficiente para salas grandes;- Tipo de painel: painel de tecnologia LCD/LED com matriz VA ou similar, que ofereça uniformidade de brilho, alta taxa de contraste (aprox. 4 000:1) e ângulo de visão de 178° em ambos os eixos;- Resolução nativa: deverá suportar resolução Ultra HD (3840 × 2160 píxeis) para garantir imagens nítidas;- Brilho e contraste: brilho típico de ≥ 350 cd/m², mesmo com vidro protetor, e contraste mínimo de 4 000:1. Esses parâmetros asseguram visibilidade em ambientes com luz artificial;- Tratamento do vidro: o vidro frontal deve possuir revestimento antirreflexo, antimicrobiano e filme anti-estilhaço, com dureza semi-temperada, conforme observado em displays profissionais;- Frequência e tempo de resposta: taxa de atualização de 60 Hz e tempo de resposta ≤ 8 ms para minimizar arrastos e borrões;- Ciclo de operação: suporte a 16 horas de funcionamento diário, sete dias por semana, com orientação de instalação na horizontal (paisagem). <p>TECNOLOGIA DE TOQUE E SOFTWARE</p> <ul style="list-style-type: none">- Tecnologia de toque: sensor infravermelho (IR) ou equivalente que possibilite no mínimo 20 pontos de toque simultâneos. Deve reconhecer diferentes espessuras de objetos (2 mm, 4 mm, 8 mm e 50 mm) e oferecer latência de toque ≤ 6,7 ms, permitindo escrita natural;- Canetas: canetas passivas com fixação magnética; suporte a modos de escrita e desenho (pen/brush) e reconhecimento de 2048 níveis de pressão, como visto em equipamentos de referência;- Software embutido: sistema operacional embarcado (como Tizen ou equivalente) com armazenamento interno mínimo de 32 GB. Deve incluir aplicativo de quadro branco, navegador web, visualizador de documentos, reprodutor de vídeo e ferramentas de colaboração remota. O equipamento deve suportar até quatro telas em modo picture-by-picture e permitir o espelhamento sem fio de múltiplos dispositivos (no mínimo 50) através de soluções como AirPlay 2, SmartView+ ou equivalente; <p>CONECTIVIDADE</p> <ul style="list-style-type: none">- Entradas de vídeo: pelo menos duas portas HDMI 2.0 (uma frontal e outra traseira) e uma porta DisplayPort 1.2. O equipamento deve ser compatível com HDCP 2.2 para reprodução de conteúdos protegidos;- Portas USB: mínimo de quatro portas USB, incluindo três do tipo A (duas frontais, uma traseira) e uma porta USB-C com função 3-em-1 (espelhamento de vídeo, controle de toque e alimentação de até 65 W para carregar notebooks ou tablets);- Outras interfaces: conector RS-232C para automação ou controle, porta RJ-45 Gigabit para rede cabeada e saída de áudio (mini-jack). Também é obrigatório que o display possua conectividade Wi-Fi (padrão 802.11ac) e Bluetooth embutidos;- OPS: compatível com slot OPS (Open Pluggable Specification) para acoplar micro-PC opcional, permitindo upgrade de hardware sem substituir o display. <p>ÁUDIO E MULTIMÍDIA</p> <ul style="list-style-type: none">- Alto-falantes integrados: o equipamento deve possuir alto-falantes embutidos com potência mínima de 40 W (4×10 W), garantindo áudio suficiente para salas de aula e reuniões sem a necessidade de caixas externas;- Saída de áudio: conector stereo de 3,5 mm para ligação a equipamentos de som externos ou sistemas de sonorização;- Compatibilidade de dispositivos: deve permitir conexão de teclado, mouse e microfones via Bluetooth ou USB e ser compatível com chamadas de vídeo (por exemplo, WebRTC ou aplicativos nativos); <p>ALIMENTAÇÃO E REQUISITOS FÍSICOS</p> <ul style="list-style-type: none">- Alimentação elétrica: o aparelho deve operar em 100-240 V AC, 50/60 Hz. O consumo máximo de energia não deve exceder 528 W, com consumo em modo de espera igual ou inferior a 0,5 W. <p>Dimensões e peso: dimensões aproximadas de 1 945 mm (largura) × 1 151 mm (altura) × 89 mm (profundidade) e peso máximo de 75 kg. O equipamento deve ser compatível com fixação VESA 600 × 400 mm;</p> <ul style="list-style-type: none">- Condições de operação: tolerar temperaturas de 0 °C a 40 °C e umidade de 10 % a 80 % sem condensação. <p>SEGURANÇA E CERTIFICAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none">- O display deve atender às normas de segurança elétrica IEC 60950-1 e possuir homologação INMETRO para comercialização no Brasil. Outras certificações internacionais (UL, CE, FCC) são desejáveis;- Deve haver mecanismos de segurança de software, como gestão remota com proteção Knox ou similar, para permitir atualização de firmware e envio de conteúdo de forma segura. <p>RECURSOS ADICIONAIS</p> <ul style="list-style-type: none">- Painel de controle frontal: botões e portas acessíveis na frente do equipamento para facilitar o uso por professores ou apresentadores;- Alça traseira: alça ergonômica para movimentar o display com segurança;- Suporte, tipo cavalete com rodas;- Software de anotação: incluir aplicativo de quadro branco com criação de camadas de notas, exportação de arquivos e possibilidade de salvar e compartilhar conteúdo em rede.	X-X-X-X-X
		<p>MODOS DE PREPAROS</p> <ul style="list-style-type: none">- A máquina deve ser capaz de preparar pelo menos 20 bebidas diferentes entre cafés puros e receitas com leite, incluindo expresso, café, cappuccino, latte macchiato, ristretto, americano, café au lait, flat white, além de opções geladas como iced coffee e iced latte;- Modo de extração: necessita de sistema superautomático de um toque, realizando moagem, dosagem, compactação, extração e descarte de resíduos sem intervenção manual;- Bebidas simultâneas: deve permitir preparar pelo menos duas xícaras de café simultaneamente e ter opção de servir água quente separada para chás ou outras infusões. <p>SISTEMA DE MOAGEM E DESEMPENHO</p> <ul style="list-style-type: none">- Moedor embutido: moedor de grãos 100 % cerâmico, com 12 níveis de ajuste de moagem para adequar a granulometria às diferentes bebidas;- Moedores cerâmicos garantem maior durabilidade e preservam o aroma por mais tempo, sendo projetados para pelo menos 20 000 xícaras;	

5	Cafeteira expresso automática	<div>- Ajustes de intensidade e temperatura: permitir cinco níveis de intensidade de aroma e três níveis de temperatura. Deve contar com função extra shot para adicionar um segundo expresso, intensificando o sabor sem adicionar amargor.</div> <div>- Pressão de bomba: bomba com pressão mínima de 15 bar para garantir crema consistente.</div> <div>SISTEMA DE LEITE E BEBIDAS GELADAS</div> <div>- Módulo de leite integrado: deve ter um sistema ciclônico de leite que mistura ar e leite a alta velocidade, produzindo espuma lisa e cremosa. O sistema precisa ser composto de no máximo duas peças, sem mangueiras internas, e permitir limpeza rápida em menos de 10 segundos com enxágue em água corrente;</div> <div>- Capacidade da jarra: jarra de leite com capacidade mínima de 0,26 litro e compatibilidade com diferentes tipos de leite, inclusive alternativas vegetais;</div> <div>- Bebidas geladas: presença de programa dedicado para bebidas frias (over-ice), com calibragem para manter sabor e aroma em receitas geladas.</div> <div>PERSONALIZAÇÃO E INTERFACE</div> <div>- Perfis de usuário: a máquina deve permitir gravar pelo menos quatro perfis de usuário, além de um perfil de convidado, memorizando preferências de aroma, volume, temperatura e proporção de leite;</div> <div>- Display touchscreen: interface TFT colorida com menu intuitivo, ícones gráficos e navegação que permite selecionar bebidas, ajustar parâmetros e visualizar status de preparo. Deve dispor de modo QuickStart, permitindo iniciar preparo imediato sem esperar aquecimento completo;</div> <div>- Silenciamento: tecnologia de redução de ruído (SilentBrew ou equivalente) para diminuição de ruído em até 40 %;</div> <div>CAPACIDADE DE RESERVATÓRIOS</div> <div>- Reservatório de água: capacidade mínima de 1,8 litro, com acesso frontal e compatibilidade com filtro para reduzir calcificação;</div> <div>- Depósito de grãos: recipiente com capacidade mínima de 275 g e tampo hermético com selo de aroma;</div> <div>- Coletor de resíduos: gaveta capaz de armazenar pelo menos 12 porções de borras, com acesso frontal;</div> <div>- Ajuste de altura do bico: bico de saída regulável entre 85 mm e 145 mm para acomodar xícaras, canecas e copos de viagem;</div> <div>LIMPEZA E MANUTENÇÃO</div> <div>- Filtro AquaClean ou equivalente: compatibilidade com filtro de água que permita preparar até 5 000 xícaras sem necessidade de descalcificação;</div> <div>- Grupo de preparo removível: componente interno removível para limpeza periódica e maior durabilidade;</div> <div>- Programas automáticos: ciclos automáticos de enxágue e descalcificação, com avisos no display quando a manutenção for necessária;</div> <div>DESEMPENHO E SEGURANÇA</div> <div>- Potência e voltagem: potência mínima de 1 500 W e compatibilidade com rede elétrica 220 V; cabo de alimentação com comprimento mínimo de 1 m;</div> <div>- Eficiência energética: recurso de economia (modo ECO) para reduzir consumo quando inativa;</div> <div>- Garantia: garantia mínima de 2 anos contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Brasil;</div> <div>ACESSÓRIOS E ITENS INCLUSOS</div> <div>- Inclusão de medidor (copo) para café em pó, tira para teste de dureza da água, filtro AquaClean e tubo de graxa para manutenção, além de tampa para armazenar a jarra de leite;</div>	x-x-x-x-x
---	-------------------------------	---	-----------

- 15.0.4. Requisitos temporais:
- 15.0.5. Os materiais e equipamentos contratados deverão ser entregues à Instituição no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a emissão da ordem de fornecimento ou nota de empenho, podendo prazos menores ser negociados e valorizados no julgamento.
- 15.0.6. Requisitos de Manutenção:
- 15.0.7. A garantia deverá ser integral e on-site para todos os equipamentos, periféricos e componentes, contada a partir do Termo de Recebimento Definitivo, com duração mínima de 12 (doze) meses.
- 15.0.8. O suporte técnico deverá ser prestado em língua portuguesa por meio de canais telefônicos (incluindo número 0800), e-mail e portal de chamados, em dias úteis (segunda a sexta-feira), com tempos máximos de resposta definidos em contrato.
- 15.0.9. Todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE deverão ser registradas pela contratada em sistema informatizado para acompanhamento e controle, com número de protocolo e indicadores de desempenho (SLA) para monitoramento.
- 15.0.10. Requisitos de Segurança:
- 15.0.11. A contratada será responsável por sua equipe técnica, devendo garantir qualidade, desempenho, eficiência e produtividade durante toda a execução do contrato, sujeitando-se a penalidades em caso de descumprimento de prazos, indicadores ou condições pactuadas.
- 15.0.12. A contratada responderá por quaisquer perdas ou danos ocasionados por ação ou omissão própria ou de seus profissionais.
- 15.0.13. A contratada deverá assegurar que seus profissionais conheçam e cumpram as normas de Segurança da Informação da SEAP/RN e do DIPEN.
- 15.0.14. A contratada deverá manter sigilo sobre todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução do contrato, garantindo a inviolabilidade e a confidencialidade exigidas por lei.
- 15.0.15. Produtos que apresentarem defeitos deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias após notificação.
- 15.0.16. As empresas vencedoras deverão entregar os manuais de operação e manutenção de cada item, quando cabíveis, e apresentar amostras para avaliação quando solicitado; tais amostras não integrarão o quantitativo total a ser fornecido e poderão ser desmontadas para análise técnica.
- 15.0.17. Após o julgamento, inexistindo divergências nas amostras, os itens serão aprovados; em caso de divergências, será convocada a próxima empresa classificada. As amostras aprovadas ou recusadas deverão ser recolhidas pela licitante no prazo estipulado, ficando a Administração isenta de qualquer responsabilidade sobre seu descarte.

16. **ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO**

- 16.1. **Fundamentação da estimativa**
- A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em critérios técnicos, operacionais e institucionais, considerando as necessidades mínimas para o adequado funcionamento do Departamento de Inteligência Penitenciária - DIPEN, no contexto do fortalecimento de sua infraestrutura tecnológica e operacional.
- A definição dos quantitativos levou em consideração:
- 16.1.1. o diagnóstico institucional constante do presente Estudo Técnico Preliminar, que aponta fragilidades estruturais no suporte às atividades de inteligência;
- 16.1.2. o Documento de Formalização da Demanda - DFD, que estabelece os itens e quantitativos necessários à execução da política pública pretendida;
- 16.1.3. as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico da SEAP/RN (2024-2032);
- 16.1.4. os limites e parâmetros definidos no Plano de Trabalho do Convênio nº 936738/2022;
- 16.1.5. a necessidade de estruturação de um núcleo mínimo funcional, apto a atender, com eficiência, às demandas de coleta, análise e disseminação de informações estratégicas no âmbito do sistema prisional.
- Ressalte-se que os quantitativos propostos não possuem caráter expansivo, mas sim estruturante, voltados à implementação de uma capacidade operacional mínima, suficiente para viabilizar o desempenho das atividades finalísticas do setor.
- 16.2. **Quantitativos estimados**
- Com base nos critérios acima expostos, foram definidos os seguintes quantitativos:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	DESKTOP DE ALTA PERFORMANCE	UND	1
02	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO DE ENERGIA (UPS)	UND	1
03	DRONE PROFISSIONAL COM AI E MAPEAMENTO DE PRECISÃO	UND	1
04	LOUSA/MONITOR/TELA INTERATIVA (85" a 89")	UND	1
05	CAFETEIRA ESPRESSO AUTOMATICA	UND	1

- 16.3. **Memória de cálculo e critérios adotados**
- A definição dos quantitativos seguiu a lógica de dimensionamento por função operacional, e não por escala ou replicação de unidades, considerando a natureza estratégica e centralizada das atividades desempenhadas pelo DIPEN.
- Nesse sentido:
- 16.3.1. Desktop de alta performance (01 unidade): destinado à constituição de estação central de análise, voltada ao processamento de dados sensíveis, extração forense e produção de conhecimento estratégico. A opção por unidade única decorre da centralização das atividades analíticas em núcleo especializado.
- 16.3.2. UPS (01 unidade): dimensionado para garantir proteção elétrica exclusiva à estação de trabalho principal, assegurando continuidade operacional e integridade de dados em atividades críticas.
- 16.3.3. Drone profissional (01 unidade): previsto como plataforma aérea institucional para apoio a operações de inteligência, vigilância e levantamento de informações em campo, sendo suficiente uma unidade para atendimento às demandas operacionais, dada sua natureza compartilhada.
- 16.3.4. Tela interativa (01 unidade): destinada à estruturação de ambiente de apoio decisório (sala situacional), permitindo apresentações estratégicas, videoconferências e análise colaborativa de informações.
- 16.3.5. Cafeteira automática (01 unidade): item de apoio institucional, voltado à manutenção das condições adequadas de trabalho em ambiente de uso contínuo e regime intensivo de atividades.
- Registre-se que os itens foram dimensionados como soluções completas, incluindo seus respectivos componentes e acessórios necessários ao pleno funcionamento, não sendo cabível o fracionamento em subitens para fins de quantificação.
- 16.4. **Compatibilidade com o Convênio e disponibilidade orçamentária**
- Os quantitativos definidos encontram-se integralmente compatíveis com o Plano de Trabalho aprovado no âmbito do Convênio nº 936738/2022, constituindo o limite máximo de

aquisição autorizado para a presente contratação.

A estimativa preliminar de valor constante no processo demonstra que os recursos disponíveis são suficientes para suportar a aquisição dos itens propostos, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e adequada aplicação dos recursos públicos.

Ademais, a opção por quantitativos unitários reforça o caráter racional e proporcional da contratação, evitando sobreposições, aquisições desnecessárias ou ociosidade de equipamentos, em conformidade com as boas práticas de planejamento da contratação pública.

17. LEVANTAMENTO DE MERCADO

17.1. Levantamento das soluções disponíveis no mercado

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento das soluções disponíveis no mercado aptas a atender à necessidade institucional identificada, considerando a natureza das atividades desempenhadas pelo Departamento de Inteligência Penitenciária – DIPEN, bem como as práticas adotadas por órgãos públicos e as condições tecnológicas atualmente disponíveis.

Foram identificadas as seguintes alternativas:

17.1.1. Aquisição de equipamentos permanentes de alta performance
Consiste na aquisição direta, pela Administração, de equipamentos tecnológicos com elevado desempenho, destinados ao uso institucional contínuo e incorporados ao patrimônio público.

17.1.2. Locação de equipamentos (outsourcing tecnológico)
Modelo baseado na contratação de empresa especializada para fornecimento dos equipamentos em regime de locação, podendo incluir serviços de manutenção e suporte técnico.

17.1.3. Aquisição de equipamentos de configuração intermediária
Alternativa baseada na aquisição de equipamentos com especificações técnicas reduzidas, usualmente empregados em ambientes corporativos convencionais.

17.1.4. Compartilhamento de infraestrutura tecnológica existente
Consiste na utilização de equipamentos já disponíveis em outras unidades administrativas ou órgãos públicos, mediante compartilhamento de recursos.

17.2. Análise comparativa das alternativas

As alternativas levantadas foram avaliadas com base nos critérios de viabilidade técnica, eficiência operacional, segurança da informação, economicidade e aderência às atividades de inteligência penitenciária.

17.2.1. Aquisição de equipamentos permanentes

17.2.1.1. Vantagens: Autonomia operacional da Administração; pleno controle sobre dados e informações sensíveis; adequação integral às especificações técnicas exigidas; disponibilidade contínua dos equipamentos; maior vida útil e estabilidade operacional.

17.2.1.2. Desvantagens: Necessidade de investimento inicial; responsabilidade pela manutenção e gestão dos ativos.

17.2.2. Locação de equipamentos

17.2.2.1. Vantagens: Menor investimento inicial; possibilidade de atualização tecnológica periódica; suporte técnico incluído, conforme contrato.

17.2.2.2. Desvantagens: Dependência contínua de fornecedor; risco à segurança da informação, considerando a sensibilidade dos dados tratados; limitação de customização das soluções; custo acumulado elevado no longo prazo; possibilidade de interrupção em caso de inadimplemento contratual.

17.2.3. Equipamentos de configuração intermediária

17.2.3.1. Vantagens: Menor custo de aquisição e ampla disponibilidade no mercado.

17.2.3.2. Desvantagens: Desempenho insuficiente para atividades de análise forense e processamento intensivo de dados; risco de obsolescência acelerada; comprometimento da eficiência e da qualidade das análises; incompatibilidade com softwares especializados utilizados pelo setor.

17.2.4. Compartilhamento de infraestrutura

17.2.4.1. Vantagens: Ausência de custo direto de aquisição e aproveitamento de recursos existentes.

17.2.4.2. Desvantagens: Indisponibilidade contínua dos recursos; inviabilidade operacional diante da necessidade de uso exclusivo e permanente; riscos à segurança da informação e ao sigilo institucional; ausência de controle direto pela unidade demandante.

17.3. Justificativa técnica e econômica da solução adotada

Após a análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a **aquisição de equipamentos permanentes de alta performance** constitui a solução mais adequada para atendimento à necessidade da Administração, pelos seguintes fundamentos:

17.3.1. Adequação técnica: os equipamentos propostos atendem integralmente às exigências operacionais do DIPEN, especialmente no que se refere ao processamento de dados sensíveis, análise forense e suporte a atividades estratégicas;

17.3.2. Segurança da informação: a aquisição direta assegura maior controle sobre os dados tratados, reduzindo riscos inerentes à terceirização ou compartilhamento de infraestrutura;

17.3.3. Eficiência operacional: a disponibilidade contínua dos equipamentos garante a execução ininterrupta das atividades, sem dependência de terceiros;

17.3.4. Economicidade: embora implique investimento inicial, a aquisição se mostra mais vantajosa no longo prazo em comparação com a locação, considerando o ciclo de vida dos equipamentos e a inexistência de custos recorrentes;

17.3.5. Alinhamento institucional: a solução adotada está em consonância com o Plano de Trabalho do Convênio nº 936738/2022 e com as diretrizes do planejamento estratégico da SEAP/RN, voltadas ao fortalecimento da inteligência penitenciária.

Dessa forma, a solução escolhida demonstra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e alinhada ao interesse público, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e segurança, que regem a Administração Pública.

18. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Rio Grande do Norte – SEAP/RN, estando em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico (2024–2032) e com os instrumentos de planejamento administrativo vigentes.

No que se refere ao Plano de Contratações Anual – PCA, registra-se que a demanda em questão decorre diretamente da execução do Convênio nº 936738/2022, firmado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, cujo Plano de Trabalho foi devidamente aprovado e atualizado, contemplando a aquisição dos equipamentos ora pretendidos.

Dessa forma, a contratação pretendida guarda compatibilidade com o planejamento global da Administração, ainda que não esteja individualmente destacada sob rubrica específica no Plano de Contratações Anual, uma vez que:

18.1. Está vinculada a instrumento formal de planejamento previamente aprovado (Plano de Trabalho do Convênio);

18.2. Atende a ação estratégica institucional voltada ao fortalecimento da atividade de inteligência penitenciária;

18.3. Possui previsão orçamentária específica, oriunda de recursos vinculados ao convênio;

18.4. Encontra-se devidamente justificada nos instrumentos de planejamento da contratação (DFD e ETP).

19. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. A estimativa média do valor da contratação é de R\$ 114.687,37 (Cento e quatorze mil seiscentos e oitenta e set reais e trinta e sete centavos), acompanhada dos preços unitários referenciais e anexos que lhe dão suporte.

	Item	Qtd total	Valor Unitário	Valor Total
01	Desktop de alta performace	1	R\$ 37.923,10	R\$ 37.923,10
02	Dispositivo de proteção de energia (UPS)	1	R\$ 5.020,76	R\$ 5.020,76
03	Drone profissional com IA e mapeamentode precisãO	1	R\$ 38.919,49	R\$ 38.919,49
04	Lousa/monitor/tela interativa (85” a 89”)	1	R\$ 27.542,46	R\$ 27.542,46
05	Cafeteira espresso automática	1	R\$ 5.281,56	R\$ 5.281,56
Total				R\$ 114.687,37

19.1.1. Na maioria dos itens, foi possível realizar uma média entre os preços encontrados nas fontes de sites confiáveis. É utilizada a média entre esses valores a fim de atualizar os preços dos painéis (sempre de datas anteriores a da contratação, visto sua natureza), pois tal mercado muda de preços constantemente. Utilizar apenas os preços de contratações públicas tem altas chances de levar a licitações fracassadas.

19.1.2. Observando de maneira separada, os itens permanentes possuem um custo total estimado de R\$ 114.687,37, para atingir o valor previsto total de R\$ 448.940,01.

19.1.3. Importante destacar que a estimativa de valor da contratação realizada no ETP visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção. Essa estimativa **não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade/aceitabilidade da proposta**.

19.1.4. Destarte, esta equipe apenas procedeu com a atualização dos preços preliminares dos itens a contratar feitas com base no levantamento de mercado, no intuito de apoiar a análise de viabilidade da contratação. Não é o objetivo principal, neste momento, definir o valor que constará do edital de licitação, mas sim possibilitar a escolha da solução mais vantajosa e o pronunciamento conclusivo sobre a viabilidade da contratação.

19.1.5. Portanto, o valor estimado em nível de ETP deverá ser reavaliado, posteriormente, por meio de pesquisas de preços para aumentar sua precisão e possibilitar servir como parâmetro ao termo de referência.

20. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

20.0.1. A adoção da modalidade por item para aquisição dos equipamentos atende ao princípio da competitividade, permitindo que empresas de diferentes portes e especializações

participem do certame. Tal diretriz está em consonância com o dever da Administração de promover a participação do maior número de licitantes qualificados, conforme o art. 5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

20.0.2. Dividir a contratação em itens independentes favorece a disputa entre fornecedores e, por consequência, tende a resultar em melhores condições para o erário, tanto em termos de preço quanto de qualidade. Jurisprudência do TCU destaca que a decisão de não parcelar uma contratação deve ser precedida de estudos técnicos justificativos; logo, na ausência de fatores técnicos que imponham a integração de objetos, o parcelamento deve ser privilegiado.

20.0.3. O art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que, sempre que possível, as compras e contratações de serviços serão divididas em itens, de forma a ampliar a competitividade, sem perda de economia de escala. O TCU reforça que o parcelamento é a regra quando o objeto for divisível e não houver prejuízo para o conjunto da solução, observando-se a viabilidade técnica, a vantagem econômica e a ampliação da competição.

20.0.4. Tal estratégia propicia o controle individualizado da qualidade de cada bem ou serviço, mitiga riscos (problemas em um item não comprometem a totalidade da aquisição) e permite um gerenciamento contratual mais eficiente. Também atende às orientações do Plano Estratégico da SEAP/RN, que recomenda modernizar a inteligência penitenciária com soluções tecnológicas variadas e independentes, cada qual demandando fornecedores especializados.

20.0.5. Assim, para os equipamentos a serem adquiridos com recursos do Convênio nº 936738/2022, a opção pelo parcelamento por item está devidamente justificada. Os itens são heterogêneos, não apresentam interdependência técnica ou econômica que exija aquisição conjunta e possuem fornecedores distintos no mercado. O parcelamento possibilita a contratação de cada item com o melhor custo-benefício, garantindo economia, eficiência e ampla competição, conforme preconizado pela legislação e pela jurisprudência do Tribunal de Contas.

21. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

21.1. Assim como ocorre com a maioria dos equipamentos de tecnologia, os bens contemplados neste projeto estão sujeitos a um processo de depreciação natural. A rápida evolução tecnológica exige a renovação periódica do parque de TI, de modo a garantir a compatibilidade e a disponibilidade dos recursos de informação necessários às atividades dos usuários.

21.2. No passado, era comum prorrogar a vida útil de equipamentos por meio da contratação de serviços de atualização de hardware e de manutenção. Entretanto, estudos recentes e decisões de controle mostram que essa estratégia tornou-se antieconômica em comparação com a aquisição de novos equipamentos, pois as atualizações isoladas não entregam benefícios proporcionais aos custos envolvidos.

21.3. O Tribunal de Contas da União já se pronunciou sobre o tema, condenando a prática de atualizações tecnológicas em detrimento da compra de novos equipamentos. A Corte destacou que a continuidade dos serviços é um atributo essencial e que a interrupção da prestação pode causar transtornos ao público, recomendando-se a renovação do parque tecnológico quando justificada.

21.4. Por conseguinte, para bens de informática e inteligência, uma das melhores estratégias para minimizar interrupções é a aquisição de equipamentos com ampla cobertura de garantia e assistência técnica. Manter um parque de TI com garantia integral, ao invés de depender de upgrades pontuais, assegura maior disponibilidade, reduz riscos de falha e contribui para a economicidade a médio prazo.

21.5. Diante do exposto, objetiva-se adquirir equipamentos que permitam atender às necessidades das áreas de forma eficiente e adequada. Cita-se o tipo e as necessidades que cada item requer, já as garantias pretendidas, foram citadas na planilha de especificações técnicas, no item 3.3:

Item	Descrição	Despesa	Tipo	Necessidade
01	Desktop de alta performace	Bem	Aquisição	Garantia
02	Dispositivo de proteção de energia (ups)	Bem	Aquisição	Garantia
03	Drone profissional com IA e mapeamentode precisão	Bem	Aquisição	Garantia
04	Lousa/monitor/tela interativa (85" a 89")	Bem	Aquisição	Garantia
05	Cafeteira espresso automática	Bem	Aquisição	Garantia

22. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

22.1. Alinhamento com a política nacional:

Objetivo(s) da PNSPDS:

Seção IV - Dos Objetivos: Art. 6º: I - fomentar a integração em ações estratégicas e operacionais, em **atividades de inteligência** de segurança pública e em gerenciamento de crises e incidentes; e IX - estimular o intercâmbio de **informações de inteligência** de segurança pública com instituições estrangeiras congêneres;

Eixo:

Seção III - Das Diretrizes: Art. 5º VII - fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica;

Seção II - Do Funcionamento: Art. 13. I - apoiar os programas de aparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública e defesa social do País;

22.2. Alinhamento com a PESP/RN (plano estadual de segurança pública):

Eixo(s): Citados nos Eixo 1: "Questões e temas centrais no enfrentamento da violência, criminalidade, prevenção e resposta a incidentes no estado" e Eixo 2: "Eixo 2 dispõe sobre as medidas de estruturação e reaparelhamento do sistema de segurança;"

Objetivos:

VII - profissionalizar a gestão do sistema penitenciário através do fortalecimento da **polícia penal**, garantindo a sua estrutura organizacional;

XIII - aprimorar os processos de segurança pública, especialmente os relacionados a perícia criminal e **inteligência**, com inovação tecnológica e integração de sistemas de informação e comunicação;

XXIII - fortalecer o combate ao crime organizado, estruturando as instituições, conferindo a devida autonomia funcional.

Ações Estratégica(s):

Ação Estratégica 05: Profissionalizar a gestão do **sistema penitenciário estadual** e implementar programas voltados à reinserção social dos egressos.

Ação Estratégica 10: Aprimorar os processos de segurança pública, especialmente os relacionados a policiamento ostensivo, perícia, investigação e **inteligência**, com inovação tecnológica e integração de sistemas de informação e comunicação;

22.3. Alinhamento com o PLANO ESTRATÉGICO DA SEAP:

O Plano Estratégico da SEAP/RN estabelece 15 objetivos estratégicos, dentre os quais se destacam os que orientam diretamente as atividades do DIPEN:

[OBJ02] Aprimorar a **inteligência penitenciária** e contribuir para a desarticulação das organizações criminosas: esse objetivo centraliza a missão do DIPEN no fortalecimento dos serviços de inteligência, visando prevenir e reprimir a criminalidade organizada. A meta associada (META 07) determina que, até 2032, 100 % do sistema penitenciário possua núcleos de inteligência estruturados, com infraestrutura, equipamentos e efetivo mínimo definidos pelo próprio departamento. A contratação de equipamentos por item, incluindo veículos, drones, dispositivos de comunicação, sistemas de monitoramento e análise, viabiliza a criação ou modernização desses núcleos.

Estruturar núcleos de inteligência: o plano prevê estruturar núcleos de inteligência em estabelecimentos prisionais e unidades de apoio, a fim de otimizar a segurança, prevenir incidentes e coletar informações relevantes. Equipar cada núcleo com tecnologia adequada é essencial para atingir a meta de cobertura total.

Investir em tecnologia e análise de dados: uma das ações estratégicas é “promover investimentos em tecnologia e equipamentos para potencializar a capacidade de operação e análise de dados da Inteligência do sistema penitenciário”. A aquisição de hardwares, softwares e equipamentos especializados permitirá ao DIPEN analisar grandes volumes de dados com agilidade e precisão, fortalecendo a tomada de decisão.

Aperfeiçoar o intercâmbio de informações: o plano determina aperfeiçoar estratégias de intercâmbio de informações entre diferentes agências de inteligência e entidades de segurança pública, visando prevenir incidentes e combater organizações criminosas. Ao estruturar a rede de tecnologia e comunicação por item, a SEAP garante interoperabilidade com outras forças de segurança.

Priorizar o monitoramento de lideranças criminosas: outra ação estratégica ressalta a priorização da identificação e monitoramento das lideranças negativas e facilitadores das organizações criminosas. Equipamentos de vigilância e rastreamento, bem como drones e sistemas de processamento de imagens, são essenciais para cumprir essa missão.

Adicionalmente, os objetivos de modernizar equipamentos e estruturas (OBJ 11), garantir recursos financeiros (OBJ 12) e adequar o efetivo às demandas institucionais (OBJ 13) complementam o foco do DIPEN ao assegurar infraestrutura e recursos humanos necessários para a execução das ações acima. Dessa forma, a contratação de cada item – alinhada ao Convênio nº 936738/2022 – permitirá ao Departamento de Inteligência Penitenciária cumprir suas metas e contribuir efetivamente para a segurança e a ordem no sistema prisional.

23. RESULTADOS PRETENDIDOS:

23.1. Com o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos neste Estudo, respeitando os princípios da economicidade, eficiência e segurança, pretende-se elevar o nível de profissionalização e de eficácia na produção de conhecimento, na salvaguarda de dados sensíveis e na operacionalização das atividades de inteligência penitenciária no Estado do Rio Grande do Norte. O foco é ampliar a cobertura dos serviços de inteligência de modo a contribuir para a prevenção e repressão de crimes, em consonância com o objetivo estratégico de aprimorar a inteligência penitenciária e desarticular organizações criminosas.

23.2. Público-alvo: Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Rio Grande do Norte – SEAP/RN, especialmente o Departamento de Inteligência Penitenciária (DIPEN) e os núcleos de inteligência vinculados às unidades prisionais.

23.3. Objetivos do projeto:

23.3.1. Geral: Organizar e fortalecer a inteligência penitenciária do Estado, ampliando sua atuação na produção de conhecimento, contrainteligência e prevenção de crises. Isso inclui a modernização do parque tecnológico, o aprimoramento da infraestrutura e o desenvolvimento de recursos humanos, para atender de forma mais abrangente às demandas das unidades prisionais.

23.3.2. Específico:

23.3.2.1. Implementar a reestruturação da Assessoria/Departamento de Inteligência, dotando-o de recursos técnicos compatíveis com as necessidades operacionais;

23.3.2.2. Capacitar tecnicamente os servidores que atuam na inteligência penitenciária;

23.3.2.3. Produzir e disseminar dados e relatórios de inteligência a partir dos recursos adquiridos, expandindo a cobertura a todas as unidades do Estado, em linha com a meta de atingir 100 % de cobertura de núcleos de inteligência estruturados até 2032;

23.3.2.4. Aperfeiçoar processos e metodologias de inteligência penitenciária, fomentando inovação tecnológica;

23.3.2.5. Promover maior integração e cooperação entre o DIPEN-SEAP e outros órgãos de inteligência e segurança, incluindo intercâmbio de informações e ações conjuntas;

O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio da **SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP**, situada no Centro Administrativo do Estado, na BR-101 - Km 0 - Lagoa Nova - Natal/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 33.863.335/0001-92, neste ato representada pelo Exmº Sr. Secretário de Estado, **HELTON EDI XAVIER DA SILVA**, brasileiro, Secretário de Estado, daqui por diante denominado **CONTRATANTE** a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o XXXXXXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXXX, nº XXX, CEP XX.XXX-XXX - CIDADE/UF, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por **XXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, profissão, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2026, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial do Estado, edição do dia XX.XX.XXXX, segundo os atos praticados no processo administrativo SEI nº 06010035.003854/2025-83, sujeitando-se às disposições da Lei nº 14.133/2021, e conforme as cláusulas e condições a seguir:

31. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

31.1. O presente processo trata da aquisição de objeto e equipamentos aprovados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais, conforme se extrai do Termo de Convênio (38922411), Termo Aditivo (38922441) e Plano de Trabalho (38922456), todos referentes ao Convênio 936738/2022, com recursos provenientes da União, repassados por intermédio do instrumento Convênio, com o intuito de estruturar o Sistema Prisional quanto ao aparelhamento estrutural da Inteligência Penitenciária, bem como capacitação dos atuais quadros de servidores da área e de potenciais futuros recrutados, com o viés estruturante e de implementação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

31.2. Objeto da contratação:

Tipo Despesa	Descrição	Cód. Natureza Despesa	Natureza Aquisição	Un.	Qtde	Preço estimado	Valor Total
Bem	Cafeteira expresso automática	449052	Recursos do instrumento	UN	1		
Bem	Lousa/monitor/tela interativa (85" A 89")	449052	Recursos do instrumento	UN	1		
Bem	Desktop de alta performance	449052	Recursos do instrumento	UN	1		
Bem	Dispositivo de proteção de energia (UPS)	449052	Recursos do instrumento	UN	1		
Bem	Drone profissional com ai e mapeamento de precisão	449052	Recursos do instrumento	UN	1		
Total							R\$

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

31.3. DETALHAMENTO DO OBJETO:

Item	Descrição	Especificação Mínima	Marca/Modelo Sugerido
01	Desktop de alta performance	<p>Processador x86-64 de última geração, com no mínimo 24 núcleos físicos (8 de desempenho e 16 de eficiência) e 32 threads, operando em frequência turbo mínima de 6,2 GHz nos núcleos de desempenho. Deve possuir cache L3 de pelo menos 36 MB e cache total (L2+L3) de, no mínimo, 65 MB. Compatível nativamente com memórias DDR5 em frequência mínima de 5600 MHz sem necessidade de overlock e com suporte a instruções avançadas (AVX2 e AVX-512/AVX10). O processador deve apresentar TDP base de 125 W e potência máxima turbo igual ou superior a 250 W, além de ser fabricado em litografia de 7 nm ou mais avançada;</p> <p>Placa-mãe padrão ATX equipada com chipset Intel série Z790 de última geração, com VRM de no mínimo 20 fases de 90 A cada (ou superior), acompanhados de dissipadores em alumínio de alto desempenho. Deve possuir quatro slots DDR5, suportando até 192 GB DDR5-5600 em dual-channel. Deve incluir pelo menos um slot PCIe 5.0 x16 reforçado em aço para GPU dedicada e três ou mais slots M.2, sendo ao menos um compatível com PCIe 5.0 x4 e os demais PCIe 4.0 x4, todos com dissipadores térmicos dedicados. A interface de rede integrada deve oferecer LAN 2,5 GbE. Exige no mínimo duas portas USB-C 20 Gb/s (uma traseira e uma frontal), além de múltiplas portas USB-A 10 Gb/s. Deve dispor de conector 12VHPWR nativo para GPU e compatibilidade com placas de cabeamento traseiro (padrão BTF/Project Zero ou equivalente), permitindo instalação limpa sem cabos frontais. A BIOS/UEFI deve oferecer Secure Boot e suporte a overlock de CPU e memória.</p> <p>Memória DDR5 com capacidade total de 128 GB, composta obrigatoriamente por quatro módulos idênticos de 32 GB cada. Cada módulo deve operar em frequência mínima efetiva de 5600 MT/s (DDR5-5600), com latência CAS máxima de CL36, compatível com perfis JEDEC e Intel XMP 3.0. Deve possuir ECC on-die integrado para correção interna de erros de célula e dissipador de calor em alumínio contínuo de perfil baixo, garantindo estabilidade térmica mesmo em uso intensivo. Os módulos devem ser oficialmente compatíveis com plataformas Intel Z790/LGA1700, operando em dual-channel pleno..</p> <p>Sistema de refrigeração líquida AIO selado para CPU, equipado com radiador em alumínio de 360 mm (comprimento ≥ 395 mm, largura 120 mm, espessura ≥ 27 mm). Deve contar com bomba de oitava geração ou superior, com controle PWM, projetada para operação contínua 24×7, base em cobre niquelado com microcanais de alta densidade e tubos emborrachados de baixa permeabilidade, revestidos em nylon trançado. Inclui três ventoinhas de 120 mm PWM, cada uma com fluxo de ar mínimo de 75 CFM, pressão estática ≥ 2,6 mm-H2O, nível de ruído ≤ 37 dBA e rolamento magnético ou equivalente de alta durabilidade. Deve oferecer suporte nativo a iluminação ARGB endereçável tanto na bomba quanto nas ventoinhas, ser compatível com socket Intel LGA-1700 e possuir cabeamento totalmente selado, dispensando manutenção periódica. Deve contar com software de monitoramento oficial do fabricante para controle de desempenho e iluminação.</p> <p>Placa de vídeo dedicada de última geração, baseada em arquitetura compatível com NVIDIA CUDA compute capability ≥ 8.9, equipada com no mínimo 16 GB de memória GDDR6X em barramento ≥ 256 bits e largura de banda efetiva mínima de 750 GB/s. Deve contar com núcleos dedicados de Ray Tracing (RT Cores 4ª geração ou superior) e Tensor Cores (4ª geração ou superior) para aceleração de inteligência artificial, além de oferecer capacidade de processamento mínima de 45 TFLOPS em FP32 e clock boost ≥ 2,5 GHz. Deve suportar APIs modernas (DirectX 12 Ultimate, OpenGL 4.6, Vulkan 1.3). O consumo máximo da placa (TGP) deve ser de até 350 W, com conector 12VHPWR de 16 pinos nativo e certificação PCIe 5.0. As dimensões físicas não devem ultrapassar 340 mm de comprimento, 140 mm de altura e até 4 slots de espessura. O sistema de refrigeração deve ser ativo, com pelo menos três ventoinhas de 90 mm ou maiores, heatpipes em cobre niquelado, dissipador em alumínio de alta densidade e backplate metálico. A placa deve possuir no mínimo quatro saídas digitais (3× DisplayPort 1.4a e 1× HDMI 2.1a), suportando resoluções de até 8K@60Hz e múltiplos monitores simultâneos (mínimo 4×4K).</p> <p>Dispositivo de armazenamento para o Sistema Operacional: SSD NVMe PCIe 4.0 x4 de 1 TB, compatível com o padrão NVMe 1.4. Deve alcançar velocidades sequenciais mínimas de 7.000 MB/s em leitura e 6.000 MB/s em gravação sustentada, sem degradação abrupta em operações prolongadas. Deve utilizar memória NAND 3D TLC obrigatória, com cache DRAM dedicada de baixa latência. Exige resistência mínima de 1.400 TBW, MTBF ≥ 1,5 milhão de horas e suporte a operação contínua 24×7. Deve possuir dissipador de calor em alumínio integrado ou compatível com os dissipadores nativos da placa-mãe. Requer suporte a criptografia AES 256-bit, TRIM, S.M.A.R.T. e tecnologias de correção de erros LDPC/ECC.</p> <p>Dispositivo de armazenamento para massa de dados:SSD NVMe PCIe 4.0 x4 de 2 TB, formato M.2 2280, compatível com o padrão NVme 1.4. Deve oferecer velocidade sequencial mínima de 7.100 MB/s em leitura e 6.800 MB/s em gravação sustentada, sem degradação abrupta em cargas prolongadas. Deve utilizar memória NAND 3D TLC obrigatória, com cache DRAM dedicada de baixa latência. Deve possuir resistência mínima de 1.400 TBW, MTBF ≥ 1,7 milhão de horas e suportar operação contínua 24×7. Requer dissipador de calor em alumínio integrado de alta eficiência, compatível com os dissipadores da placa-mãe, garantindo operação dentro da faixa térmica (0 °C a 70 °C). Deve possuir suporte a criptografia AES 256-bit, TRIM, S.M.A.R.T., DEVSLP, LDPC/ECC e proteção contra choques de até 1.500 G.</p> <p>Dispositivo de Armazenamento Para Evidências Quentes: SSD NVMe PCIe 4.0 x4 de 4 TB, compatível com o padrão NVMe 1.4. Deve oferecer velocidade sequencial mínima de 7.000 MB/s em leitura e 6.000 MB/s em gravação sustentada, sem degradação em cargas contínuas de alta intensidade. Obrigatoriamente equipado com memória NAND 3D TLC e cache DRAM dedicada de baixa latência. Deve possuir resistência mínima de 3.000 TBW, MTBF ≥ 1,7 milhão de horas e DWPD ≥ 0,5 durante o período de garantia, suportando operação contínua 24×7 sem degradação de desempenho. Deve incluir dissipador térmico em alumínio de alta eficiência com heatspreader otimizado. Precisa oferecer suporte a S.M.A.R.T., TRIM, LDPC/ECC, DEVSLP e criptografia AES 256-bit, além de proteção contra choque ≥ 1.500 G.</p> <p>Dispositivo de Armazenamento para Backup de Dados: Sistema de armazenamento composto por 2 unidades idênticas de HDD de 8 TB cada, interface SATA III (6 Gb/s), projetadas para operação contínua em regime 24×7. Cada unidade deve ter velocidade de rotação mínima de 5400 rpm (aceitando superiores como 7200 rpm), cache ≥ 256 MB, MTBF ≥ 1,0 milhão de horas e carga de trabalho anual mínima de 180 TB/ano. Os discos devem incluir sensores de vibração rotacional (RV sensor) e firmware otimizado para uso em arranjos RAID (com suporte a TLER/ERC), além de níveis de ruído em operação ≤ 30 dBA. O conjunto deve ser entregue pré-configurado em RAID1 (espelhamento), acompanhado de relatório de saúde SMART de cada unidade.</p> <p>Gabinete tipo Mid Tower ATX, compatível com placas-mãe padrão ATX e cabeamento traseiro (padrão BTF/Project Zero). Deve possuir dimensões externas aproximadas de 235 mm (L) × 495 mm (A) × 469 mm (P) ou superiores, permitindo instalação sem restrições da placa-mãe especificada, da GPU de até 400 mm de comprimento e até 4 slots de espessura, da fonte ATX de até 200 mm de comprimento e do radiador de 360 mm (instalável no topo ou frontal). Deve incluir no mínimo 4 ventoinhas ARGB de 140 mm (3 frontais e 1 traseira) pré-instaladas, compatíveis com splitter ARGB 5 V. Deve possuir painel lateral em vidro temperado, estrutura em aço SPCC ≥ 0,8 mm e filtros de poeira removíveis em todas as entradas (frontal, superior, inferior e traseira). Deve oferecer no mínimo 2 baias 2,5" e 2 baias 3,5" internas.</p> <p>Fonte de alimentação padrão ATX 3.0, potência nominal de 1.000 W reais em carga contínua a 50 °C ambiente, certificação de eficiência mínima 80 Plus Platinum (≥ 92 % @ 50 % de carga em 230 V). Deve ser compatível com o padrão PCIe 5.0 e fornecer linha única de +12 V com capacidade ≥ 996 W. Deve possuir conector nativo 12VHPWR de 16 pinos (600 W) e incluir cabos 100 % modulares, contemplando no mínimo: 3× PCIe 8 pinos, 2× EPS 8 pinos, 6× SATA, 3× Molex, além do 12VHPWR. A ventoinha deve ser de rolamento dinâmico fluido (FDB) ou equivalente, com controle PWM e modo silencioso. Deve incluir proteções completas (OPP, OVP, UVP, SCP, OTP, SCP) e atender normas internacionais de segurança (CE, UL, FCC, RoHS). Ripple e ruído máximo permitido ≤ 30 mV nas linhas principais.</p>	x-x-x-x-x
2	Dispositivo de proteção de energia (UPS)	<p>Nobreak on-line dupla conversão (VFI-SS-111 conforme IEC 62040-3), com as seguintes características mínimas: Potência de 3 000 VA / 2 100 W reais, fator de potência ≥ 0,7; Tempo de transferência zero (0 ms), garantindo funcionamento contínuo; Autonomia mínima de 10 minutos em 60 % de carga (com possibilidade de expansão via banco de baterias); Saída em onda senoidal pura 220 V, com distorção harmônica total (THD) ≤ 3 %; Tensão de entrada bifásica 220 V com ampla faixa de operação; Inclui porta USB e/ou SNMP para gerenciamento remoto e shutdown automático; Deve possuir by-pass automático e by-pass manual de manutenção; Deve possuir proteções contra subtensão, sobretensão, sobrecarga, curto-circuito e temperatura; Ventilação forçada inteligente com alarme sonoro; Conformidade com normas IEC 62040-3 / ABNT NBR 15014; Garantia mínima de 2 anos.</p>	x-x-x-x-x

3	Drone profissionalcom IA e mapeamento de precisão	<p>REQUISITOS DE DESEMPENHO DE VOO</p> <ul style="list-style-type: none">- Tempo de voo prolongado: a aeronave deve oferecer autonomia mínima de 49 minutos em voo contínuo para missões de mapeamento, permitindo operações de grande porte com menos trocas de bateria;- Velocidade horizontal elevada: capacidade de deslocamento de pelo menos 21 m/s (≈ 46,9 km/h) para possibilitar levantamentos rápidos e cobrir áreas extensas;- Distância máxima de operação: alcance de 25 km (ou maior) para a transmissão de dados e vídeo, com sistema de antenas de alta potência e download de 20 MB/s;- Resistência ao vento: manter estabilidade e segurança em ventos de 12 m/s;- Decolagem rápida: sistema de preparação e calibração automática que permita decolagem em até 15 segundos, agilizando resposta em missões de emergência;- Altitude e distância de voo: capacidade de operar em altitude máxima de 6 000 m e cobrir mais de 35 km por voo, conforme parâmetros típicos de drones de classe profissional; <p>SISTEMA DE NAVEGAÇÃO E POSICIONAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none">- GNSS multi-constelação com RTK integrado: suporte a GPS, Galileo, BeiDou e GLONASS com módulo RTK incorporado para precisão centimétrica. A precisão do posicionamento deve ser de 1 cm + 1 ppm (horizontal) e 1,5 cm + 1 ppm (vertical), sem necessidade de acessórios adicionais. O módulo RTK deve trabalhar de forma integrada ao sistema de visão para atualizar o ponto de retorno automaticamente e permitir voo seguro mesmo com perda de sinal GNSS;- Posicionamento visual omnidirecional: a aeronave deve possuir sensores de visão de baixa luminosidade em todas as direções (frente, trás, laterais e inferior), complementados por sensor infravermelho, para detecção de obstáculos em alcance mínimo de 0,4 m a 200 m. Em operações noturnas, os sensores devem garantir posicionamento preciso e retorno seguro;- Capacidade de voo em ambientes com interferência: o sistema de fusão GNSS + visão deve permitir decolagem em áreas urbanas e retorno ao ponto de origem mesmo sem sinal GNSS, atualizando o ponto de casa durante o voo; <p>CONJUNTO ÓPTICO E SENSORES</p> <p><u>Câmeras integradas</u></p> <ul style="list-style-type: none">- O payload deve ser composto por módulos multisensores integrados capazes de capturar imagens em alta resolução para ortofotos, fotos oblíquas, inspeções e modelagem 3D. Requisitos mínimos:- Câmera grande angular com obturador mecânico: sensor CMOS de 4/3 pol (ou superior) com resolução de 20 MP, abertura variável e obturador mecânico para eliminação de efeitos de “rolling shutter”. O obturador deve operar entre 2-1/2000 s. Esta câmera deve permitir captura em intervalos mínimos de 0,5 s para levantamentos de alta eficiência;- Câmeras telefoto: incluir pelo menos dois sensores CMOS de 1/1,3 pol e 1/1,5 pol (ou superiores) com 48 MP cada, oferecendo zoom óptico de 16 × e zoom híbrido de até 112 ×, possibilitando inspeções de detalhes como fissuras ou placas a centenas de metros. O sistema deve garantir estabilização avançada para imagens nítidas mesmo em ampliação;- Alto desempenho em baixa luminosidade: as câmeras devem suportar sensibilidade de 0,5 lux ou menos, oferecer modo noturno com visão em cores e possuir filtro IR/NIR para missões de busca e salvamento. Sensores de baixa luminosidade omnidirecionais devem auxiliar na navegação segura em ambientes escuros; <p>LASER RANGEFINDER E MEDIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">- Telemetro laser integrado: alcance de medição de pelo menos 1 800 m, com zona cega de 1 m e precisão de ± (0,2 m + 0,0015 × D), onde D é a distância medida. O elemento deve permitir marcação de pontos e auxiliar em funções de FlyTo e medição de objetos ou áreas durante voos. <p>INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTOMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">- Detecção automática de alvos: algoritmo integrado capaz de identificar pessoas, veículos, embarcações e outros alvos, com possibilidade de treinamento de modelos personalizados. Funções como Smart Track, Cruise, FlyTo e POI (ponto de interesse) devem ser suportadas, ajustando automaticamente o zoom e a trajetória de voo;- Capacidade de captura oblíqua multi-direcional: o gimbal deve realizar captura oblíqua em cinco direções para aumentar a eficiência de mapeamento em até 40 % e captura ortofoto em três direções cobrindo até 2,8 km² por voo;- Smart 3D Capture: geração automática de modelos 3D preliminares diretamente no controlador remoto, definindo rotas de mapeamento e verificando a qualidade dos dados em tempo real;- Correção de distorção avançada: utilização de algoritmos de Distortion Correction 2.0 calibrados de fábrica, com distorção residual inferior a 2 pixels para produção de ortomosaicos de alta precisão; <p>SISTEMA DE TRANSMISSÃO E CONTROLE</p> <ul style="list-style-type: none">- Transmissão O4 Enterprise ou equivalente: sistema de comunicação de múltiplas antenas (≥ 8) com alcance mínimo de 25 km, taxa de download de 20 MB/s e latência inferior a 130 ms. Deve suportar resistência a interferências GNSS e dispor de redundância de banda dupla (2,4/5,8 GHz) e conectividade 4G opcional para ambientes urbanos;- Controlador remoto profissional: unidade com tela touchscreen de 7 pol (1920 × 1200 px) e brilho mínimo de 1 400 nits para visualização sob luz solar. Classificação IP54 de proteção contra poeira e água, operando entre -20 °C e +50 °C. Bateria integrada com duração de ≈ 3,8 h, com possibilidade de bateria externa para ampliar o tempo operacional. Deve oferecer antena de alto ganho, suporte a multi-toque (≥ 10 toques) e conexão para dongle 4G/5G, Wi-Fi 6 e Bluetooth 5.2, garantindo comunicação estável;- Compatibilidade com estação D-RTK: o sistema deve ser compatível com estação D-RTK de múltiplas funções (modo base, rover e repetidor) para correções centimétricas e ampliação do alcance de comunicação; <p>BATERIAS E ENERGIA</p> <ul style="list-style-type: none">- Tipo de bateria: baterias inteligentes recarregáveis de íon-lítio 4S, com capacidade mínima de 6 741 mAh, energia de 99,5 Wh e peso aproximado de 400 g;- Tensão e potência: voltagem nominal em torno de 14,76 V, com tensão máxima de carga de 17 V e taxa de descarga contínua de 4C;- Ciclo de vida: garantia de pelo menos 200 ciclos com manutenção da capacidade residual acima de 70 %;- Sistema de aquecimento/monitoramento: as baterias devem possuir aquecimento automático para operações em temperaturas baixas e monitoramento de células para evitar sobrecarga e subtensão; <p>SEGURANÇA E SENSORES DE NAVEGAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">- Sistema omnidirecional de detecção e evasão: sensores visuais e infravermelhos de alta definição em todos os lados, permitindo detecção de obstáculos entre 0,4 m e 200 m e funcionamento em baixa luminosidade. O sistema deve trabalhar em conjunto com algoritmos de inteligência artificial para prever e desviar de obstáculos mesmo em velocidade máxima;- Resistência a ambientes complexos: suporte a condições de baixa luz, fumaça ou poeira, com modos de estabilização eletrônica de imagem (dehazing) e filtros de redução de ruído;- Funções de retorno inteligente: retorno automático ao ponto de partida em caso de bateria baixa ou perda de sinal, com definição dinâmica do ponto de retorno utilizando fusão GNSS + visão; <p>RECURSOS ADICIONAIS E ACESSÓRIOS COMPATÍVEIS</p> <ul style="list-style-type: none">- Sistema de iluminação e áudio: compatibilidade com holofote gimbalizado que alcance pelo menos 100 m com modos contínuo e estroboscópio, e alto-falante de alta potência capaz de transmitir mensagens em tempo real a até 300 m, com suporte a gravações e conversão de texto em voz;- Software de missão: suporte a aplicativos profissionais para planejamento de missões, mapeamento 2D/3D e pós-processamento, como softwares equivalentes aos programas DJI Pilot 2, FlightHub 2, DJI Terra e DJI Modify. Deve permitir geração de relatórios de qualidade após o voo, indicando status do RTK e parâmetros de captura;- Modo de cruzeiro e FlyTo: possibilidade de definir velocidade e direção constantes sem atuação contínua do piloto e de selecionar um ponto no mapa ou com o telemetro para que a aeronave ajuste automaticamente sua rota e velocidade;- Case rígido para transporte;- Kit de hélices de baixo ruído- Compatibilidade com controles adicionais: possibilidade de integração com sistemas de gestão de frota e operação remota via plataforma de nuvem, incluindo transmissão ao vivo e controle de múltiplas aeronaves.	X-X-X-X-X
4	Lousa/monitor/tela interativa (85" a 89")	<p>ESTRUTURA DO DISPLAY</p> <ul style="list-style-type: none">- Dimensões da tela: o display deverá ter tamanho mínimo de 85 polegadas, medido diagonalmente, com formato widescreen 16:9. A especificação de tamanho igual ou superior a 85" baseia-se em equipamentos que oferecem área útil suficiente para salas grandes;- Tipo de painel: painel de tecnologia LCD/LED com matriz VA ou similar, que ofereça uniformidade de brilho, alta taxa de contraste (aprox. 4 000:1) e ângulo de visão de 178° em ambos os eixos;- Resolução nativa: deverá suportar resolução Ultra HD (3840 × 2160 pixels) para garantir imagens nítidas;- Brilho e contraste: brilho típico de ≥ 350 cd/m², mesmo com vidro protetor, e contraste mínimo de 4 000:1. Esses parâmetros asseguram visibilidade em ambientes com luz artificial;- Tratamento do vidro: o vidro frontal deve possuir revestimento antirreflexo, antimicrobiano e filme anti-estilhaço, com dureza semi-temperada, conforme observado em displays profissionais;- Frequência e tempo de resposta: taxa de atualização de 60 Hz e tempo de resposta ≤ 8 ms para minimizar arrastos e borrões;- Ciclo de operação: suporte a 16 horas de funcionamento diário, sete dias por semana, com orientação de instalação na horizontal (paisagem). <p>TECNOLOGIA DE TOQUE E SOFTWARE</p> <ul style="list-style-type: none">- Tecnologia de toque: sensor infravermelho (IR) ou equivalente que possibilite no mínimo 20 pontos de toque simultâneos. Deve reconhecer diferentes espessuras de objetos (2 mm, 4 mm, 8 mm e 50 mm) e oferecer latência de toque ≤ 6,7 ms, permitindo escrita natural;- Canetas: canetas passivas com fixação magnética; suporte a modos de escrita e desenho (pen/brush) e reconhecimento de 2048 níveis de pressão, como visto em equipamentos de referência;- Software embutido: sistema operacional embarcado (como Tizen ou equivalente) com armazenamento interno mínimo de 32 GB. Deve incluir aplicativo de quadro branco, navegador web, visualizador de documentos, reprodutor de vídeo e ferramentas de colaboração remota. O equipamento deve suportar até quatro telas em modo picture-by-picture e permitir o espelhamento sem fio de múltiplos dispositivos (no mínimo 50) através de soluções como AirPlay 2, SmartView+ ou equivalente; <p>CONECTIVIDADE</p> <ul style="list-style-type: none">- Entradas de vídeo: pelo menos duas portas HDMI 2.0 (uma frontal e outra traseira) e uma porta DisplayPort 1.2. O equipamento deve ser compatível com HDCP 2.2 para reprodução de conteúdos protegidos;- Portas USB: mínimo de quatro portas USB, incluindo três do tipo A (duas frontais, uma traseira) e uma porta USB-C com função 3-em-1 (espelhamento de vídeo, controle de toque e alimentação de até 65 W para carregar notebooks ou tablets);- Outras interfaces: conector RS-232C para automação ou controle, porta RJ-45 Gigabit para rede cabeada e saída de áudio (mini-jack). Também é obrigatório que o display possua conectividade Wi-Fi (padrão 802.11ac) e Bluetooth embutidos;- OPS: compatível com slot OPS (Open Pluggable Specification) para acoplar micro-PC opcional, permitindo upgrade de hardware sem substituir o display. <p>ÁUDIO E MULTIMÍDIA</p> <ul style="list-style-type: none">- Alto-falantes integrados: o equipamento deve possuir alto-falantes embutidos com potência mínima de 40 W (4×10 W), garantindo áudio suficiente para salas de aula e reuniões sem a necessidade de caixas externas;- Saída de áudio: conector stereo de 3,5 mm para ligação a equipamentos de som externos ou sistemas de sonorização;- Compatibilidade de dispositivos: deve permitir conexão de teclado, mouse e microfones via Bluetooth ou USB e ser compatível com chamadas de vídeo (por exemplo, WebRTC ou aplicativos nativos); <p>ALIMENTAÇÃO E REQUISITOS FÍSICOS</p> <ul style="list-style-type: none">- Alimentação elétrica: o aparelho deve operar em 100-240 V AC, 50/60 Hz. O consumo máximo de energia não deve exceder 528 W, com consumo em modo de espera igual ou inferior a 0,5 W.	X-X-X-X-X

		<p>Dimensões e peso: dimensões aproximadas de 1 945 mm (largura) × 1 151 mm (altura) × 89 mm (profundidade) e peso máximo de 75 kg. O equipamento deve ser compatível com fixação VESA 600 × 400 mm;</p> <p>- Condições de operação: tolerar temperaturas de 0 °C a 40 °C e umidade de 10 % a 80 % sem condensação.</p> <p>SEGURANÇA E CERTIFICAÇÕES</p> <p>- O display deve atender às normas de segurança elétrica IEC 60950-1 e possuir homologação INMETRO para comercialização no Brasil. Outras certificações internacionais (UL, CE, FCC) são desejáveis;</p> <p>- Deve haver mecanismos de segurança de software, como gestão remota com proteção Knox ou similar, para permitir atualização de firmware e envio de conteúdo de forma segura.</p> <p>RECURSOS ADICIONAIS</p> <p>- Pannel de controle frontal: botões e portas acessíveis na frente do equipamento para facilitar o uso por professores ou apresentadores;</p> <p>- Alça traseira: alça ergonômica para movimentar o display com segurança;</p> <p>- Suporte, tipo cavalete com rodas;</p> <p>- Software de anotação: incluir aplicativo de quadro branco com criação de camadas de notas, exportação de arquivos e possibilidade de salvar e compartilhar conteúdo em rede.</p>
5	Cafeteira expresso automática	<p>MODOS DE PREPAROS</p> <p>- A máquina deve ser capaz de preparar pelo menos 20 bebidas diferentes entre cafés puros e receitas com leite, incluindo espresso, café, cappuccino, latte macchiato, ristretto, americano, café au lait, flat white, além de opções geladas como iced coffee e iced latte;</p> <p>- Modo de extração: necessita de sistema superautomático de um toque, realizando moagem, dosagem, compactação, extração e descarte de resíduos sem intervenção manual;</p> <p>- Bebidas simultâneas: deve permitir preparar pelo menos duas xícaras de café simultaneamente e ter opção de servir água quente separada para chás ou outras infusões.</p> <p>SISTEMA DE MOAGEM E DESEMPENHO</p> <p>- Moedor embutido: moedor de grãos 100 % cerâmico, com 12 níveis de ajuste de moagem para adequar a granulometria às diferentes bebidas;</p> <p>- Moedores cerâmicos garantem maior durabilidade e preservam o aroma por mais tempo, sendo projetados para pelo menos 20 000 xícaras;</p> <p>- Ajustes de intensidade e temperatura: permitir cinco níveis de intensidade de aroma e três níveis de temperatura. Deve contar com função extra shot para adicionar um segundo espresso, intensificando o sabor sem adicionar amargor.</p> <p>- Pressão de bomba: bomba com pressão mínima de 15 bar para garantir crema consistente.</p> <p>SISTEMA DE LEITE E BEBIDAS GELADAS</p> <p>- Módulo de leite integrado: deve ter um sistema ciclônico de leite que mistura ar e leite a alta velocidade, produzindo espuma lisa e cremosa. O sistema precisa ser composto de no máximo duas peças, sem mangueiras internas, e permitir limpeza rápida em menos de 10 segundos com enxágue em água corrente;</p> <p>- Capacidade da jarra: jarra de leite com capacidade mínima de 0,26 litro e compatibilidade com diferentes tipos de leite, inclusive alternativas vegetais;</p> <p>- Bebidas geladas: presença de programa dedicado para bebidas frias (over-ice), com calibragem para manter sabor e aroma em receitas geladas.</p> <p>PERSONALIZAÇÃO E INTERFACE</p> <p>- Perfis de usuário: a máquina deve permitir gravar pelo menos quatro perfis de usuário, além de um perfil de convidado, memorizando preferências de aroma, volume, temperatura e proporção de leite;</p> <p>- Display touchscreen: interface TFT colorida com menu intuitivo, ícones gráficos e navegação que permite selecionar bebidas, ajustar parâmetros e visualizar status de preparo. Deve dispor de modo QuickStart, permitindo iniciar preparo imediato sem esperar aquecimento completo;</p> <p>- Silenciamento: tecnologia de redução de ruído (SilentBrew ou equivalente) para diminuição de ruído em até 40 %;</p> <p>CAPACIDADE DE RESERVATÓRIOS</p> <p>- Reservatório de água: capacidade mínima de 1,8 litro, com acesso frontal e compatibilidade com filtro para reduzir calcificação;</p> <p>- Depósito de grãos: recipiente com capacidade mínima de 275 g e tampo hermético com selo de aroma;</p> <p>- Coletor de resíduos: gaveta capaz de armazenar pelo menos 12 porções de borras, com acesso frontal;</p> <p>- Ajuste de altura do bico: bico de saída regulável entre 85 mm e 145 mm para acomodar xícaras, canecas e copos de viagem;</p> <p>LIMPEZA E MANUTENÇÃO</p> <p>- Filtro AquaClean ou equivalente: compatibilidade com filtro de água que permita preparar até 5 000 xícaras sem necessidade de descalcificação;</p> <p>- Grupo de preparo removível: componente interno removível para limpeza periódica e maior durabilidade;</p> <p>- Programas automáticos: ciclos automáticos de enxágue e descalcificação, com avisos no display quando a manutenção for necessária;</p> <p>DESEMPENHO E SEGURANÇA</p> <p>- Potência e voltagem: potência mínima de 1 500 W e compatibilidade com rede elétrica 220 V; cabo de alimentação com comprimento mínimo de 1 m;</p> <p>- Eficiência energética: recurso de economia (modo ECO) para reduzir consumo quando inativa;</p> <p>- Garantia: garantia mínima de 2 anos contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Brasil;</p> <p>ACESSÓRIOS E ITENS INCLUSOS</p> <p>- Inclusão de medidor (copo) para café em pó, tira para teste de dureza da água, filtro AquaClean e tubo de graxa para manutenção, além de tampa para armazenar a jarra de leite;</p>

32.	CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:
32.1.	O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
33.	CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
	Condições de Entrega
33.1.	O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias, contados do(a) assinatura do contrato, em remessa única. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Centro Administrativo - Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901 (das 8h às 14h) - Unidade Instrumental de Administração Geral UIAG.
	Garantia, manutenção e assistência técnica
33.2.	O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
33.3.	A garantia deverá ser on-site, integral, para todos equipamentos, periféricos e componentes, será contada a partir do Termo de Recebimento Definitivo, devendo ser prestada através da rede autorizada do fabricante. O tempo de garantia mínimo será de 12 (doze) meses.
33.4.	Os serviços de suporte técnico serão solicitados mediante a abertura de chamados a serem efetuados por servidores da pasta contratante, via chamada telefônica local, a cobrar ou 0800, e-mail, website ou chat do fabricante ou à empresa autorizada, em qualquer caso em português, em horário comercial em dias úteis (segunda-feira à sexta-feira).
33.5.	Todas as solicitações feitas pelo CONTRATANTE deverão ser registradas pela CONTRATADA em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços, com acompanhamento da prestação de serviço através de um número de protocolo fornecido pela CONTRATADA, no momento da abertura da solicitação.
	Do Prazo de Entrega, Suporte Técnico e Fiscalização
33.6.	O contratado deverá entregar os bens no prazo estipulado no cronograma, sob pena de multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, limitada a 30%, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.
33.7.	O suporte técnico deverá ser prestado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas da solicitação formal da contratante.
33.8.	A fiscalização será exercida por agente ou comissão designada, que verificará o atendimento às especificações técnicas por meio de inspeção física, conferência documental, testes operacionais e análise de conformidade com manuais e garantias.
33.9.	O não atendimento às exigências técnicas ensejará notificação formal ao contratado, com prazo de até 5 (cinco) dias úteis para manifestação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
	Dos Prazos de Resposta e Solução
33.10.	O contratado deverá responder às solicitações em até 24 (vinte e quatro) horas úteis e solucionar os problemas em até 72 (setenta e duas) horas úteis.
33.11.	O descumprimento ensejará multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, limitada a 10% do valor contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
33.12.	O inadimplemento reiterado poderá acarretar rescisão unilateral, nos termos do art. 137, inciso I.
	Modelo de Gestão do Contrato
33.13.	O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
33.14.	Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
33.15.	As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
33.16.	O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
33.17.	Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
33.18.	A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
33.19.	O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);
33.19.1.	O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);
33.19.2.	O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);

- 33.19.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.
- 33.20. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.
- 33.20.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

Dos Prazos para Respostas e Resolução dos Problemas

- 33.21. O contratado deverá responder, formalmente, a qualquer notificação do Gestor ou Fiscal do Contrato no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, conforme o Art. 116, Parágrafos 1º e 2º;
- 33.22. Eventuais inconformidades, vícios ou defeitos nos bens fornecidos deverão ser solucionados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação expedida pela Administração;
- 33.23. Em situações emergenciais ou que comprometam a operacionalidade dos serviços públicos, o prazo para resposta será de 24 (vinte e quatro) horas.

Dos Indicadores de Desempenho

- 33.24. Para fins de avaliação da execução contratual, serão observados os seguintes indicadores de desempenho, em consonância com o art. 141 da Lei nº 14.133/2021:
- a) Pontualidade na entrega dos bens – Percentual de entregas realizadas dentro do prazo estipulado: mínimo de 95%;
- b) Qualidade dos produtos fornecidos – Conformidade técnica e ausência de defeitos ou vícios: mínimo de 98%;
- c) Tempo médio de resposta às notificações – Atendimento em até 2 dias úteis: mínimo de 90%;
- d) Índice de solução de ocorrências – Percentual de problemas resolvidos no prazo estabelecido: mínimo de 92%.
- 33.25. O desempenho abaixo dos limites mínimos por 2 (duas) medições consecutivas ou 3 (três) intercaladas poderá ensejar advertência formal e, a depender da reincidência, aplicação de outras penalidades cabíveis.

Das Penalidades

- 33.26. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará o contratado às penalidades previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da reparação por eventuais danos causados à Administração.
- 33.27. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

34. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO/GARANTIA DA CONTRATAÇÃO. DO CONSÓRCIO:

34.1. Não será permitida a subcontratação, considerando as características do objeto ou serviço , cujo os materiais são comumente comercializados no mercado, sem características peculiares de complexidade de execução contratual, e tais motivos infere-se um dimensionamento e características do objeto compatíveis para que os licitantes (isolados) possam participar e atender às exigências estabelecidas para a prestação do serviço. Portanto, conclui-se que as empresas do ramo especializado poderão deter as condições necessárias, inclusive de capacitação e aptidão técnica para executar satisfatoriamente o objeto.

Garantia da contratação

- 34.2. Conforme a Lei nº 14.133/2021, a garantia de execução contratual pode ser solicitada para o vencedor da licitação, pois traz segurança ao contrato de que o contratado é capaz de cumprir as obrigações assumidas. A garantia não poderá ser maior que 5% do valor do contrato, exceto quando se tratar de fornecimentos, obras e serviços de grande vulto, alta complexidade técnica e altos riscos financeiros, nesses casos, a garantia pode atingir até 10% do valor contratado.
- 34.3. A garantia contratual na licitação é obrigatória sempre que a autoridade competente entender que assim é necessário, vejamos o Art. 96, da Lei nº 14.133/2021:
- Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.
- 34.4. Desse modo, entende-se como não sendo necessária a exigência dessa garantia, uma vez que a aquisição dos itens se dará de pronta entrega e de forma imediata em remessa única.

Consórcio

- 34.5. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, por fornecimento do objeto da presente licitação ser de natureza comum, não exigindo elevada especialização técnica e/ou das empresas licitantes. Ademais, a permissão de participação de empresas em consórcio poderia limitar a concorrência devido à diminuição do número de empresas participantes, uma vez que algumas delas estariam compondo um mesmo consórcio.

35. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO:

- 35.1. O valor total da contratação é de R\$. (.....) (.....)
- 35.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

36. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

- 36.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- a) não produzir os resultados acordados,
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

- 36.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 50)
- a) O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 36.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- a) O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- b) A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- c) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis
- d) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 36.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 36.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- a) Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato.
- b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- d) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

- 36.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 36.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 36.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 36.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 36.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 36.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema mediante consultas eletrônicas, ou a documentação mencionada no [art. 58 da Lei nº 14133/2021](#).

- 36.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 36.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 36.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 36.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 36.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

Prazo de pagamento

- 36.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 36.18. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

Forma de pagamento

- 36.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 36.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 36.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 36.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 36.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 2006**, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

37. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE:

- 37.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/12/2023.
- 37.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice, **IPCA - Compra de bens de consumo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 37.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 37.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 37.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 37.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 37.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 37.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

38. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 38.1. São obrigações do Contratante:
- 38.2. **Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital, termo de referência, contrato e seus anexos;**
- 38.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 38.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 38.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 38.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 38.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 38.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 38.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 38.10. A Administração terá o prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 38.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **60 (sessenta)** dias.
- 38.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 38.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

39. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- 39.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 39.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 39.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 39.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 39.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 39.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 39.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 39.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 39.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 39.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 39.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 39.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 39.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitada da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 39.14. a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 39.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 39.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 39.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

40. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

40.1. Conforme a Lei nº 14.133/2021, a garantia de execução contratual pode ser solicitada para o vencedor da licitação, pois traz segurança ao contrato de que o contratado é capaz de cumprir as obrigações assumidas. A garantia não poderá ser maior que 5% do valor do contrato, exceto quando se tratar de fornecimentos, obras e serviços de grande vulto, alta complexidade técnica e altos riscos financeiros, nesses casos, a garantia pode atingir até 10% do valor contratado.

40.2. A garantia contratual na licitação é obrigatória sempre que a autoridade competente entender que assim é necessário, vejamos o Art. 96, da Lei nº 14.133/2021:
Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

40.3. Desse modo, entende-se como não sendo necessária a exigência dessa garantia, uma vez que a aquisição dos itens se dará de pronta entrega e de forma imediata em remessa única.

41. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV):**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta) dias**;

2. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **30 % (trinta por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

v. O atraso superior a **60 (sessenta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de **10 % (dez por cento)** do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de **8% (oito por cento)** do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de **6 % (seis por cento)** do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de **4% (quatro por cento)** do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de **2 % (dois por cento)** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo **máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

42. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

42.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

42.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

42.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

42.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

43. **CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

43.1. A despesa com a execução do presente contrato são oriundos da seguinte dotação orçamentária:

De acordo com o Plano Orçamento Anual, está previsto para o exercício de 2026, conta o valor Orçamentário e Financeiro, à conta da dotação abaixo discriminada.	
Projeto de atividade:	34.132 - FUNDO PENITENCIÁRIO - FUNPERN - 14 - DIREITO DA CIDADANIA - .421- CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL - 0017 - SEGURANÇA PÚBLICA, PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SUBAÇÃO 300501 - APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE UNIDADES PENAIS.
Elemento de Despesa:	44.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - SUBELEMENTOS - 44.90.52.35 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTOS DE DADOS - 44.90.52.22 - EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO - 44.90.52.34 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS
Fonte de Recurso:	0.7.00.936738 - RECURSOS DO CONVÊNIO SICONV Nº 936738/2022 /DIRPP/DEPEN

44. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO:**

- 44.1. A rescisão do contrato se processará nas hipóteses da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicáveis à presente contratação, podendo também ser rescindida unilateralmente pela SEAP/RN, a qualquer tempo.
- 44.2. O Contrato poderá ser rescindido após 02 (dois) meses de vigência, pela CONTRATANTE, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, por escrito, à CONTRATADA.
- 44.3. A inexecução total ou parcial deste contrato por parte da CONTRATADA assegurará à CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, garantida a prévia defesa sempre mediante notificação por escrito.
- 44.4. A rescisão se submeterá ao regime previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

45. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III):**

- 45.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

46. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES:**

- 46.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 46.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 46.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 46.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

47. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO:**

- 47.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011](#).

48. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

- 48.1. Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, com a expressa renúncia, pelas partes contratantes, de qualquer outro que tenha ou venha a ter privilégio, por mais especial que seja, fica eleito o foro da Comarca de Natal.
- 48.2.
- 48.3. E, por estarem justos e contratados, assinam eletronicamente o presente instrumento.

Natal(RN), de de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS: (assinado eletronicamente)

- 1.
- 2.

Referência: Processo nº 06010035.003854/2025-83

SEI nº 42029255

ANEXO IV - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

À SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD

Sra Pregoeira,

Seguindo os ditames do edital, apresento a Vossa Senhoria a nossa proposta para o PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/202X, conforme a seguir relacionados, especificados de acordo com ANEXO I, do Edital:

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

1.2. Demonstrativo de aquisição por item:

Tipo Despesa	Descrição	Cód. Natureza Despesa	Natureza Aquisição	Un.	Qtde	Preço estimado	Valor Total
Bem	Cafeteira expresso automática	449052	Recursos do instrumento	UN	1		
Bem	Lousa/monitor/tela interativa (85" A 89")	449052	Recursos do instrumento	UN	1		
Bem	Desktop de alta performance	449052	Recursos do instrumento	UN	1		
Bem	Dispositivo de proteção de energia (UPS)	449052	Recursos do instrumento	UN	1		
Bem	Drone profissional com ai e mapeamento de precisão	449052	Recursos do instrumento	UN	1		
Total							

- 48.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023.
- 48.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

I - Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Centro Administrativo do Estado - Sede da SEAP RN, BR 101 - Km 0, Lagoa Nova - Natal/RN. CEP 59.000-900 - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária - SEAP - Unidade Instrumental de Administração Geral - UIAG. **No horário das 08:00h às 14:00h, de segunda-feira à sexta-feira.**

1.6. **Garantia, Manutenção e Assistência técnica**

1.6.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

Obs. A proposta deverá conter apenas dois dígitos após a vírgula.

1. Prazo de garantia: O licitante deve obedecer ao prazo disposto no Termo de Referência (Anexo I). Caso o mencionado Termo não especifique o prazo de garantia de determinados produtos, será considerado como tal o prazo mínimo estabelecido na legislação consumerista, entretanto, se a garantia do fabricante for maior, esta prevalecerá.

- 2. Validade da proposta:** Declaramos que a validade desta proposta é de no mínimo 90 (noventa) dias a contar da data de sua entrega.
- 3. Prazo de entrega:** A entrega se dará sob demanda, para atender o fluxo produtivo das unidades beneficiadas com as oficinas, conforme Termo de Referência.
- 3.1.1** Em caso da não confirmação pela CONTRATADA, os prazos começarão a ser contados, para todos os efeitos legais, a partir do 5º (quinto) dia da assinatura do contrato;
- 3.1.2.** Os bens devem ser entregues conforme o quantitativo previsto no Termo de Referência, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas na lei 14.133/2021, desde que devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.
- 4. Local da entrega:** A entrega se dará sob demanda, para atender o fluxo produtivo das unidades beneficiadas com as oficinas. Considerando que as 10 oficinas possuem variação no quantitativo de equipamentos disponíveis, e que a demanda produtiva encontrará variantes relativas a comercialização e utilização dos blocos produzidos, os insumos deverão ser fornecidos de acordo com as solicitações dos gestores responsáveis, e precisarão ser entregues diretamente nos endereços solicitantes, sem a promoção de acúmulos de material, no intuito de se evitar desperdícios oriundos do mal armazenamento ou perda de validade, caso específico do item cimento.
- 5. Pagamento:** A licitante DECLARA que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, **cláusula 7 - Critérios de medição e de pagamento do Termo de Referência** ANEXO I do Edital.
- 6. Conta bancária:** Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco _____, Nº _____, Agência _____ (com seus dígitos verificadores), e o nosso telefone para contato é _____, fax _____ e e-mail e dados da empresa com endereço, CNPJ e etc.
- 7. Declaro:**
- 1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.
 - 2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos.
 - 3) Que os itens serão fornecido conforme especificações previstas no termo de referência, e serão obedecidas as condições gerais previstas no Edital e seus Anexos.

Atenciosamente, Natal/RN, ____de _____ de 20____.

Diretor ou representante legal – RG e CPF
Empresa ou fabricante